

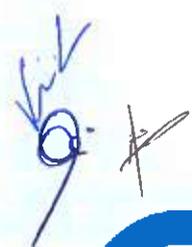
I
3) 03 022

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

20

21

30 03 022
foi lido e conhecido
e remetido à Assembleia
Geral, para aprovação,
nos termos legais e
estatutários.



1 NOTA **INTRODUTÓRIA**

Nos termos do artigo 9º dos seus estatutos, compete ao Conselho de Administração apresentar anualmente à Assembleia Geral, o Relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, relativos ao ano de 2021.

O presente Relatório de Gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2021.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

2 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Handwritten signature and initials in the top right corner.

IDENTIFICAÇÃO

Termalitur – Termas S. Pedro do Sul E.M., S.A.

SEDE SOCIAL

Praça Dr. António José de Almeida – Termas de S. Pedro do Sul

CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA

O capital social da empresa é no montante de 4.559.379 € (3.320.335,73 € em dinheiro e 1.239.043,27 € em espécie), estando totalmente realizado e é detido integralmente pelo Município de S. Pedro do Sul, a 31/12/2021, a empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 euro por ação.

CONTACTOS

Telefone: 232 720 300

Internet/email: www.termas-spsul.com / geral@termas-spsul.com

3 ORGÃOS
SOCIAIS

Nos termos dos seus estatutos, a Termalstur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A., tem o seu Conselho de Administração composto por três Administradores, sendo um Presidente e dois Vogais.



O Conselho de Administração nomeado pela Assembleia Geral da Termalstur para o quadriénio 2021/2025, tem a seguinte composição:



Presidente

Dr. Victor Jorge Paiva Leal



Vogal

Dr. Fernando Varanda Aido



Vogal

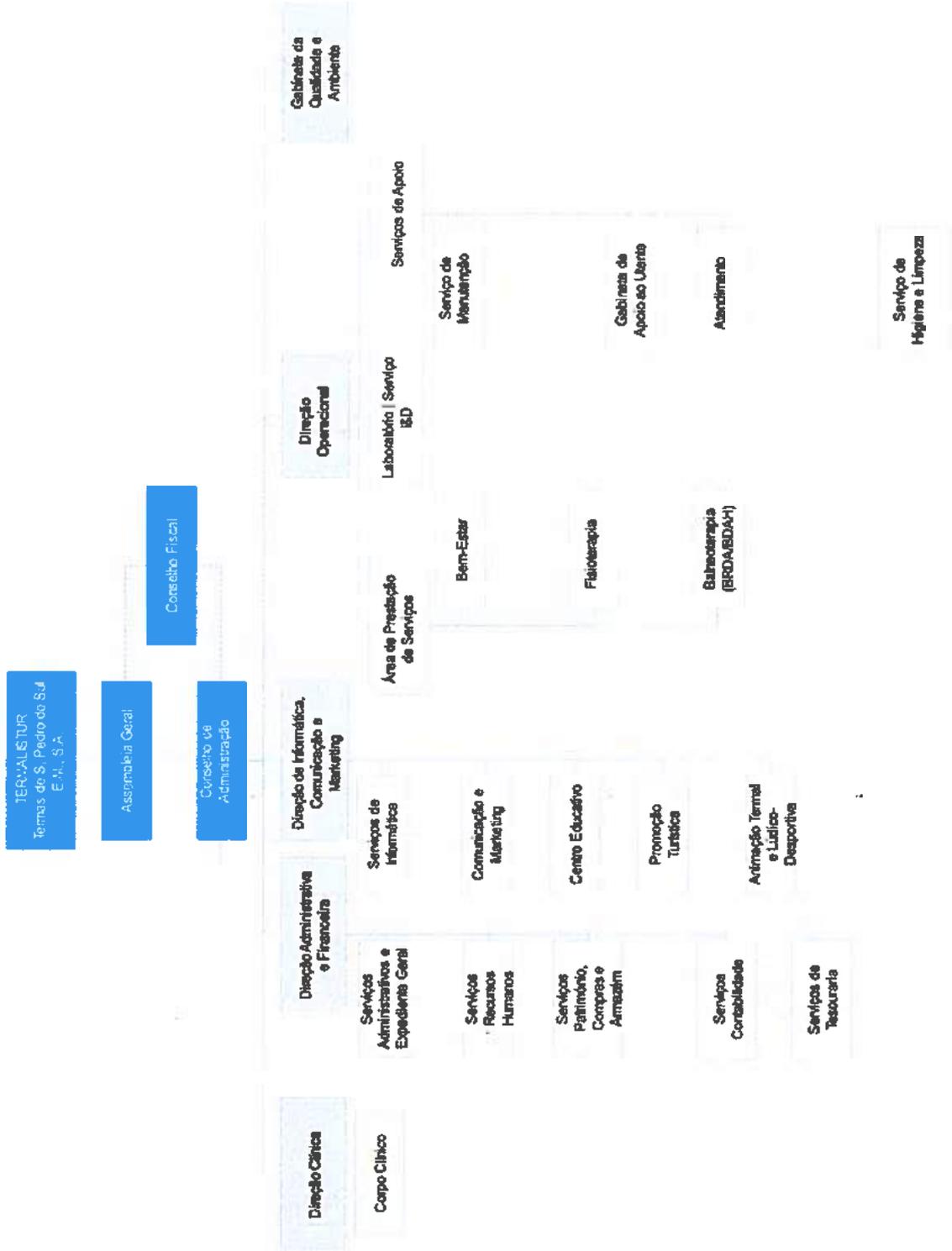
Dra. Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

Fiscal Único

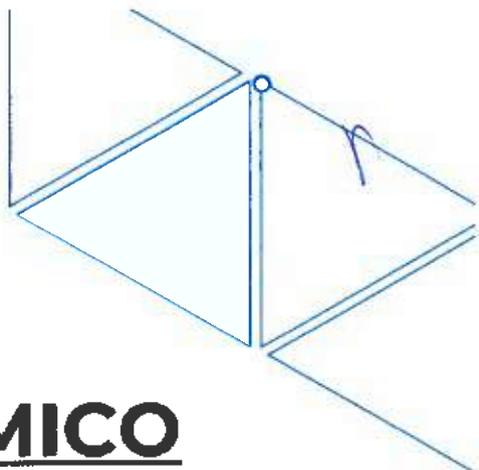
Dra. Margarida Cecília Pais de Oliveira Carragoso

4

ORGANIGRAMA



[Handwritten signature and initials]



5 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A pandemia causada pelo COVID-19 fez mergulhar o mundo numa profunda crise social e económica. As sucessivas vagas de infeção e as restrições sanitárias fizeram de 2020 um período negro do ponto de vista dos mercados globais. O ano fechou com grandes incertezas em relação ao futuro, com a variante DELTA a surgir na reta final e a causar mais problemas para todos os países.

As soluções começaram a chegar em 2021 com o surgimento das vacinas contra o COVID-19. Estas novas armas de combate à pandemia permitiram um reabrir tímido de vários setores e atividades e o início do caminho de retoma económica. À medida que as taxas de vacinação foram aumentando, também os principais indicadores económicos foram melhorando. As perspetivas do futuro tornaram-se mais otimistas com a perceção crescente de que os piores cenários projetados para os próximos 5 anos talvez não se viessem a realizar.

No entanto, nem tudo correu como idealizado, segundo os especialistas, um dos maiores legados da pandemia COVID-19 será o aumento das desigualdades económicas e sociais entre países e concidadãos que se fará sentir durante largos anos, facto que se veio agravar com a desigualdade de acessos às vacinas.

A nova variante OMICRON, que fez disparar os casos de infeções, numa altura em que grande parte das populações já se encontrava vacinada veio obrigar ao recuo nas medidas de desconfinamento em diversos países, trazendo de volta uma incerteza, já familiar, como a que se fez sentir em 2020. Por fim, a recusa da vacinação, por parte de um número considerável de pessoas em diferentes países (ex. EUA), dificultou o combate a esta doença.

Em suma, 2021 fechou com fortes sinais de uma recuperação económica que se deverá manter em 2022, esperando-se que abrande nos anos subsequentes. No

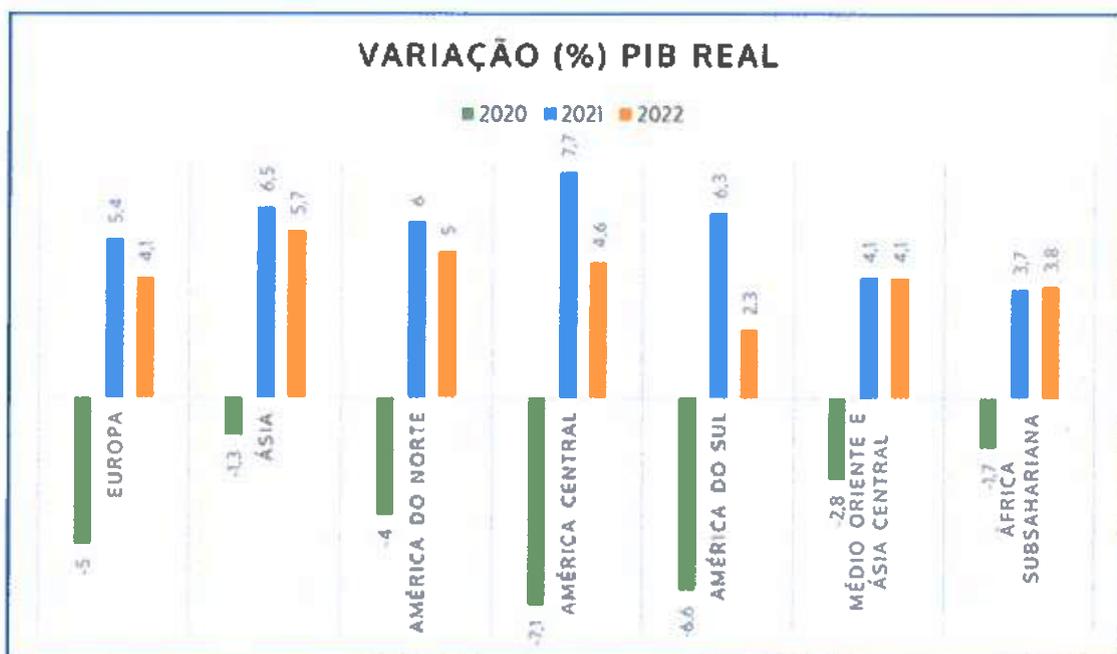
entanto, ficou claro que novas variantes e constrangimentos na vacinação das populações continuam a ser ameaças reais ao regresso à normalidade.

5.1 A NÍVEL INTERNACIONAL

O ano de 2021 fica marcado pela recuperação económica face à queda drástica registada em 2020. No entanto, esta recuperação veio acentuar as divergências entre os países mais desenvolvidos e as economias mais frágeis. O acesso desigual às vacinas e a capacidade económica das diversas regiões foram as grandes razões deste afastamento de realidades.

O primeiro indicador da recuperação económica de 2021 foi o crescimento da economia mundial, o FMI coloca este crescimento nos 5,9% ao fechar de 2021. No entanto, este valor é mais modesto do que as previsões inicialmente feitas a meio do ano. A revisão em baixa deve-se à disrupção das cadeias de fornecimento, que afetou maioritariamente as economias mais avançadas, e à evolução da pandemia e surgimento de novas variantes, que afetou todos, mas em especial as economias emergentes e em desenvolvimento.

No seguimento deste aumento, também o PIB dos países tendeu a aumentar. O gráfico abaixo ilustra a variação do PIB real, em %, das grandes regiões do mundo.





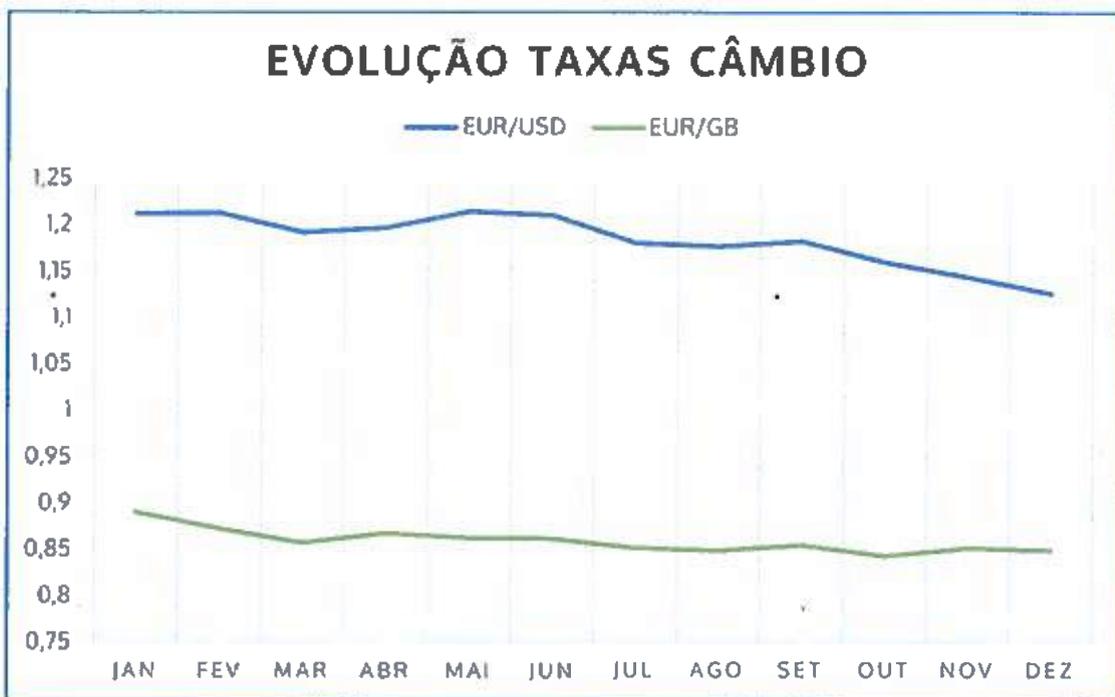
Após a queda, a nível mundial, de -4,3% registada em 2020 o FMI aponta um crescimento do PIB global de 4,8% em 2021. Como demonstrado no gráfico, todas as grandes regiões do mundo acompanharam esta tendência. Uma das razões para o crescimento da economia global e para a evolução do PIB foi o crescimento do comércio mundial. Segundo o FMI, o comércio aumentou 10% face ao ano anterior.

No entanto, as mesmas instituições que apontam estes dados alertam que muitos países, nomeadamente os que estão mais dependentes do setor do turismo, continuam a enfrentar mais dificuldades. Isto porque 2021 foi também marcado pelo domínio de novas variantes do vírus SARS-CoV 2, mais concretamente a variante Delta que dominou grande parte do ano, e a Ómicron que surgiu já no seu final, e que se têm demonstrado mais perigosas ou mais difíceis de conter que o vírus original, mesmo com a aceleração da vacinação. Como tal, quase todos os países assistiram a novas vagas da pandemia e à manutenção de medidas sanitárias que continuaram a afetar em especial alguns setores.

Outro dos indicadores que disparou em 2021 foi a inflação que bateu recordes em muitas regiões, como é o caso dos EUA que registaram uma taxa de 6,8% no final de 2021, sendo que não se assistia a um valor tão alto no país desde 1968. O aumento dos preços tem, em grande parte, a ver com o aumento do consumo privado ao mesmo tempo que a oferta diminuiu fruto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento. O setor onde a subida dos preços foi mais acentuada foi o da energia.

Contrariando a tendência de comportamento igual entre regiões está o desemprego. Em 2020, a taxa atingiu os 7% na Europa e os 8,1% nos Estados Unidos. Para 2021, projeta-se que os Estados Unidos registem uma melhoria acentuada deste indicador, reduzindo a taxa para os 5,4%. Por outro lado, a Europa mais desenvolvida enfrentará um agravamento do mesmo, com a taxa a crescer para os 7,3%.

Por fim, o gráfico abaixo apresenta a evolução das taxas de câmbio ao longo de 2021 tendo em conta a taxa do dia 15 de cada mês, ou do primeiro dia seguinte disponível.



É possível observar que ao longo de 2021 o Euro sofreu uma desvalorização em relação ao dólar americano e à libra britânica, sendo o primeiro cenário o mais acentuado.

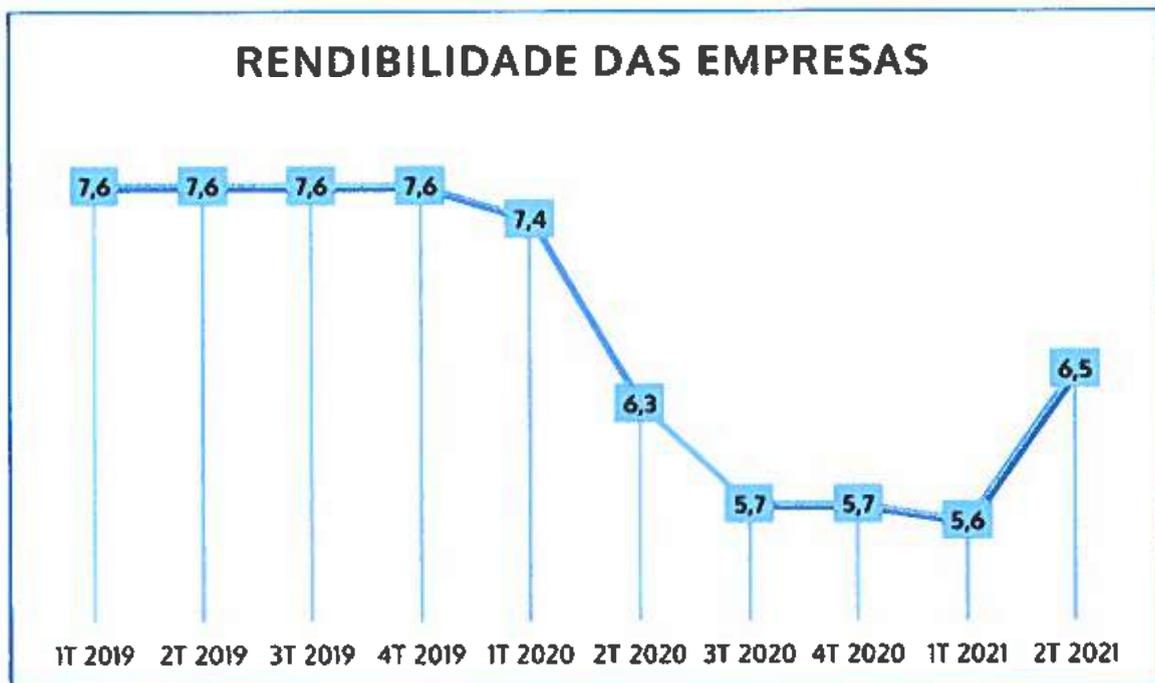
5.2 A NÍVEL NACIONAL

Após um ano de 2020 marcado por uma significativa contração económica, fruto da pandemia COVID-19 e das subsequentes medidas de contenção sanitárias, 2021 fica marcado pela inflexão de grande parte das tendências de descida registadas no ano anterior. Contudo, o ano findo fica ainda marcado por

sucessivos avanços e retrocessos na abertura da economia, bem como pela incerteza que os mesmos trazem às empresas e aos cidadãos.

Com base nas previsões de fecho do Banco de Portugal, Portugal fecha 2021 com um aumento do PIB de 4,8% face ao valor de 2020. Este crescimento é em parte consequência da excepcional má performance da economia no ano anterior, fruto da pandemia e das medidas de combate à mesma, que condicionaram a atividade económica. Contribuíram para o crescimento do PIB o crescimento da procura interna de 5,1% e também as importações e exportações que recuperaram face ao ano anterior, registando um crescimento de 10,3% e 9,6% respetivamente.

Ao fechar do 3T de 2021 a capacidade de financiamento da economia portuguesa tinha aumentado para 0,4% do PIB, um aumento de 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior. Por sua vez, a capacidade de financiamento das famílias, no mesmo período, diminuiu para 4,9% do PIB.



No final do 2º trimestre de 2021 o setor empresarial registou um aumento de rendibilidade, superando os valores do período homólogo, mas encontrando-se ainda abaixo dos registados em 2019, antes do início da pandemia.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) aumentou 4,9%. As principais contribuidoras para este crescimento são as empresas do 4º

(mais de 500 pessoas ao serviço) e 3º (entre 250 e 499 pessoas ao serviço) escalão. Inversamente, foram as empresas do 1º escalão (menos de 50 pessoas ao serviço) que mais contribuíram negativamente, refletindo uma contração do investimento empresarial de -16,2%. Analisando por setores, os principais responsáveis pelo crescimento são os setores de atividades financeiras e de seguros (contributo de 2,2 p.p. e variação de 38,4%) e transportes e armazenagem (contributo de 2,1 p.p. e variação de 42,9%). Por oposição, os setores de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (-1,8 p.p. correspondentes a -9,6%) e construção (-1,6 p.p. correspondentes a -30,6%) registaram os maiores decréscimos de investimento.

Quanto ao desemprego, segundo dados do INE, no 3T de 2021 foi registada uma taxa de 6,1%, representando uma queda de 1,9 p.p. face ao período homólogo, e fazendo desta, a taxa mais baixa dos últimos 10 anos, inferior em 0,2 p.p. à registada no mesmo trimestre de 2019, período pré-pandemia. Esta queda traduz-se numa diminuição da população desempregada em 85 mil pessoas face ao mesmo trimestre do ano anterior, baixando o total para 318,7 mil pessoas (valor mais baixo da década). Na mesma linha, a população ativa atingiu o valor mais alto da década, atingindo os 4,787 milhões de pessoas empregadas.

Segundo a projeção do Banco de Portugal, tanto o consumo privado como o consumo público registaram aumentos de 5% e 3,3% respetivamente, com o IHPC a registar uma taxa de variação média de 0,9%.

No que toca ao sistema bancário, segundo dados do Banco de Portugal, até ao último trimestre de 2021, a rentabilidade do ativo (ROA) aumentou 0,31 p.p., face mesmo período do ano anterior (para 0,46%). A rentabilidade do capital próprio (ROE) aumentou 3,7 p.p., situando-se em 5,4%. O aumento da ROA deveu-se à diminuição das imparidades para crédito e, em menor grau, ao aumento dos resultados com operações financeiras. O custo do risco de crédito diminuiu 0,63 p.p., para 0,37%, após o aumento significativo em 2020 associado ao surgimento da pandemia.

No final do 3T de 2021 a dívida pública equivalia a 131,4% do PIB o que equivale a 271,2 milhões de euros.

6 ATIVIDADE DA EMPRESA

A Termalstur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. tem como atividade principal a gestão e exploração dos equipamentos termais, bem como das demais atividades ligadas ao termalismo que lhe venham a ser cometidas pelo Município de S. Pedro.



No ano de 2021, devido ao estado de emergência decretado a nível nacional, as Termas de S. Pedro do Sul tiveram que suspender a sua atividade no início do ano. O Balneário D. Afonso Henriques retomou o seu funcionamento com o serviço de fisioterapia a 1 de março de 2021 e com o termalismo terapêutico a 3 de maio de 2021. O Balneário Rainha D. Amélia reabriu apenas com o serviço de bem-estar termal a 19 de maio de 2021.

À semelhança da estratégia já adotada em 2020, durante o ano de 2021 os diferentes clientes das Termas de S. Pedro do Sul foram encaminhados para cada um dos edifícios termais de acordo com os serviços escolhidos. Assim, o Balneário D. Afonso Henriques manteve-se reservado para o termalismo terapêutico e fisioterapia (e respetivos serviços clínicos) e o Balneário Rainha D. Amélia funcionou exclusivamente para a prestação dos serviços de bem-estar termal.

Na reabertura dos diferentes serviços foi cumprida a orientação da DGS nº 31/2020, específica para estabelecimentos termais:

- mantiveram-se as adaptações dos espaços de forma a definir percursos de circulação bem como as respetivas reduções de marcações de consultas médicas e tratamentos/serviços para diminuir a "carga" nos edifícios;

-mantiveram-se os procedimentos de triagem na admissão aos edifícios, nomeadamente a medição da temperatura corporal e despiste de sintomas. Nos serviços de bem-estar termal foi implementado o preenchimento de um termo de responsabilidade, onde o utente assumiu expressamente a não existência de sintomas ou de contactos de risco para a COVID-19. Entre 01/08/2021 e 30/09/2021 acrescentou-se a necessidade de apresentação de certificado digital de vacinação COVID-19 ou autoteste negativo para admissão de clientes, por imposição legal. A obrigatoriedade de apresentação de certificado digital foi novamente implementada a partir de 01/12/2021, com a entrada de situação de calamidade no país (apesar de não obrigatória para o setor);

- mantiveram-se suspensos os tratamentos de emanatório e pulverização faríngea no termalismo terapêutico bem como a adaptação dos espaços de tratamento coletivos de forma a assegurar o distanciamento de segurança entre os utentes.

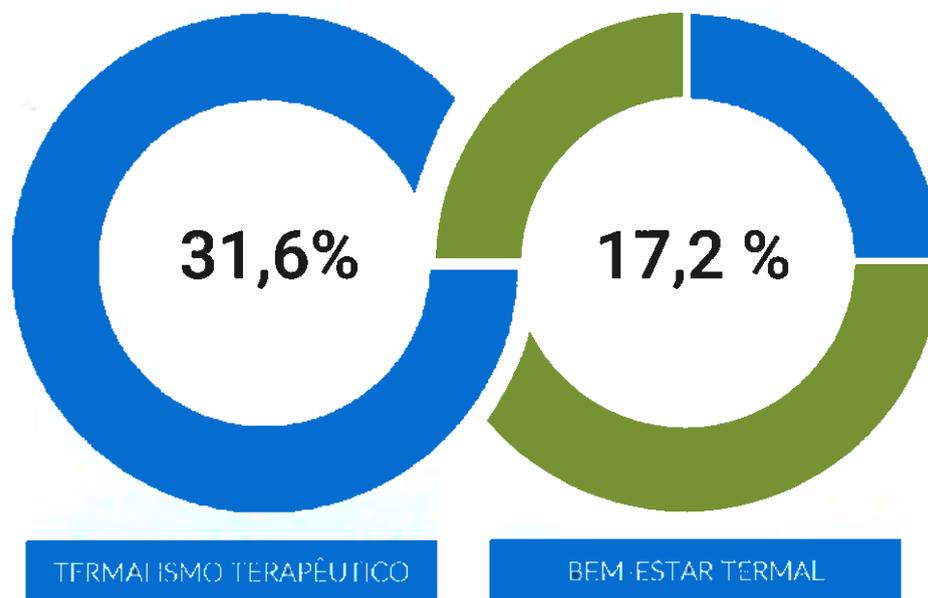
No ano de 2021 foi feito um elevado esforço de investimento na remodelação total do espaço destinado à fisioterapia, sendo que o serviço em gabinetes foi transferido para o 2º piso do Balneário D. Afonso Henriques ficando centralizado e alinhado com o ginásio de reabilitação no 1º piso e as piscinas de reabilitação do piso 0, sendo possível a comunicação entre os diferentes serviços por um elevador panorâmico exclusivo. Assim, a renovação dos espaços permitiu criar um atendimento mais diferenciado, contribuindo para a melhoria da satisfação dos seus utilizadores.

Em fevereiro de 2021 deu-se início à execução do projeto financiado AqvATOPIC, cujo objetivo é o desenvolvimento de uma gama de produtos cosméticos inovadora, com eficácia, tolerância e aceitabilidade demonstradas cientificamente, para complementar o controlo ou atenuação de sintomas em doenças dermatológicas, nomeadamente no eritema e na dermatite atópica, formulada com base em água mineral natural das Termas de São Pedro Sul. Este projeto em consorcio com a Universidade da Beira Interior e uma empresa de produção de cosmética, contribuiu ainda com a contratação de um médico dermatologista doutorado, cujo contributo se espera que possa alavancar a

investigação da água mineral natural em dermatologia e desenvolvimento de novos produtos/serviços.

O setor termal está a ser muito afetado pelas medidas de prevenção e combate à pandemia de covid 19, e as Termas de S. Pedro do Sul não são exceção. Em 2021 verificou-se uma recuperação de aqvistas, no entanto, os valores ficaram aquém dos alcançados em 2019. O ano de 2021 encerrou com uma redução significativa, na ordem dos 43%, no seu volume de negócios, comparando com valores pré pandemia (ano 2019).

As Termas de S. Pedro do Sul continuam a ser as mais frequentadas de Portugal, tendo 31,6% (2020: 35%) de quota de mercado de termalismo terapêutico e 17,2% (2020:13%) de quota de mercado de bem-estar termal.



2021

6.1 DADOS DE ATIVIDADE

Com o propósito de dar uma panorâmica geral das grandes rubricas da atividade da Empresa no período findo em 31 de dezembro de 2021, apresentamos de seguida um mapa comparativo e evolutivo das grandes rubricas da estrutura dos seus rendimentos:

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------|----------------|
| Evolução Recursos Humanos | 158 | 176 | 157 | 164 | 116 | 136 |
| Nº de Aquistas | 16 050 | 15 922 | 16 302 | 19 248 | 5 847 | 13 163 |
| Facturação Balneoterapia | 3 147 161,26 € | 3 134 690,05 € | 3 070 146,83 € | 3 280 705,59 € | 842 728,82 € | 1 746 718,44 € |
| Facturação Fisioterapia | 355 853,40 € | 383 396,22 € | 330 286,34 € | 336 195,19 € | 124 394,28 € | 223 218,20 € |
| Facturação Consultas | 496 440,00 € | 477 440,00 € | 465 760,00 € | 486 149,04 € | 144 422,06 € | 270 170,61 € |
| Facturação Bem-Estar Termal | 162 861,63 € | 191 829,47 € | 204 201,00 € | 243 872,48 € | 118 496,70 € | 235 576,53 € |
| Facturação Merchandising | 11 331,13 € | 13 415,50 € | 11 639,82 € | 17 295,74 € | 5 940,56 € | 9 421,87 € |
| Facturação Aparelhos | 30 481,56 € | 31 960,86 € | 30 353,76 € | 40 213,36 € | 11 655,46 € | 19 405,31 € |
| Facturação Dermocosmética | 102 120,70 € | 163 460,45 € | 166 559,27 € | 136 119,57 € | 59 007,61 € | 67 188,17 € |
| Facturação Geoterma | 10 560,00 € | 10 560,00 € | 10 560,00 € | 10 560,00 € | 9 680,00 € | 5 760,00 € |

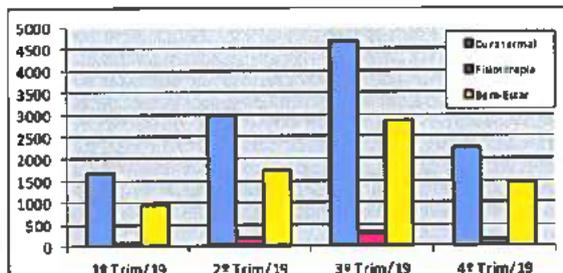
Como se pode verificar pelo mapa apresentado, a empresa laborou com um aumento médio de cerca de 20 Colaboradores, tendo tido um aumento de 7.316 aquistas em relação ao período anterior.

Em relação ao volume de faturação de 2021, existiu um aumento generalizado relativamente a 2020. Cerca de mais 107%, na balneoterapia, mais 79% na fisioterapia, mais 87% em consultas, mais 99% em bem-estar termal, mais 59% na faturação de merchandising, mais 67% em aparelhos, tendo existido um aumento de 14% na faturação da dermocosmética.

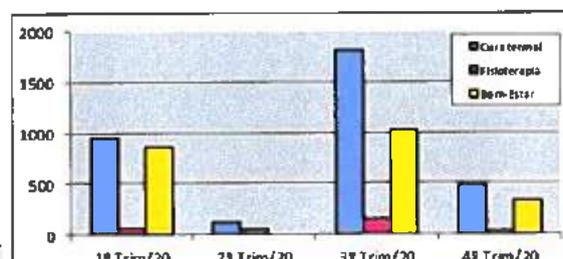
A faturação da Entidade, em 2021 e ainda em plena pandemia, cresceu face ao período homólogo, contudo, ainda muito aquém dos valores pré pandemia, em que apresenta uma diminuição em todos as rubricas, sendo que o sector que registou mais procura foi o do bem-estar termal atingindo valores próximos de 2019.

Ainda em relação à sazonalidade da atividade da nossa Empresa, apresentamos gráfico elucidativo:

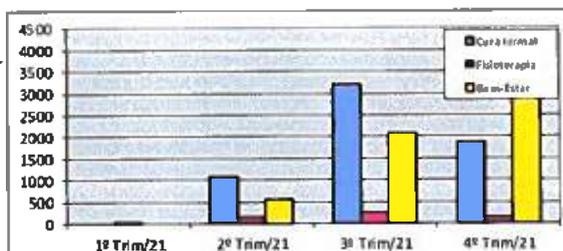
| Mês/Ano | Cura termal | Fisioterapia | Bem-Estar | Total |
|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| 1º Trim/19 | 1667 | 82 | 944 | 2693 |
| 2º Trim/19 | 2948 | 208 | 1711 | 4867 |
| 3º Trim/19 | 4666 | 313 | 2874 | 7853 |
| 4º Trim/19 | 2233 | 158 | 1444 | 3835 |
| Total | 11514 | 761 | 6973 | 19248 |



| Mês/Ano | Cura termal | Fisioterapia | Bem-Estar | Total |
|--------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| 1º Trim/20 | 944 | 60 | 855 | 2284 |
| 2º Trim/20 | 124 | 46 | 0 | 4092 |
| 3º Trim/20 | 1812 | 149 | 1016 | 6467 |
| 4º Trim/20 | 474 | 32 | 335 | 3079 |
| Total | 3354 | 287 | 2206 | 5847 |

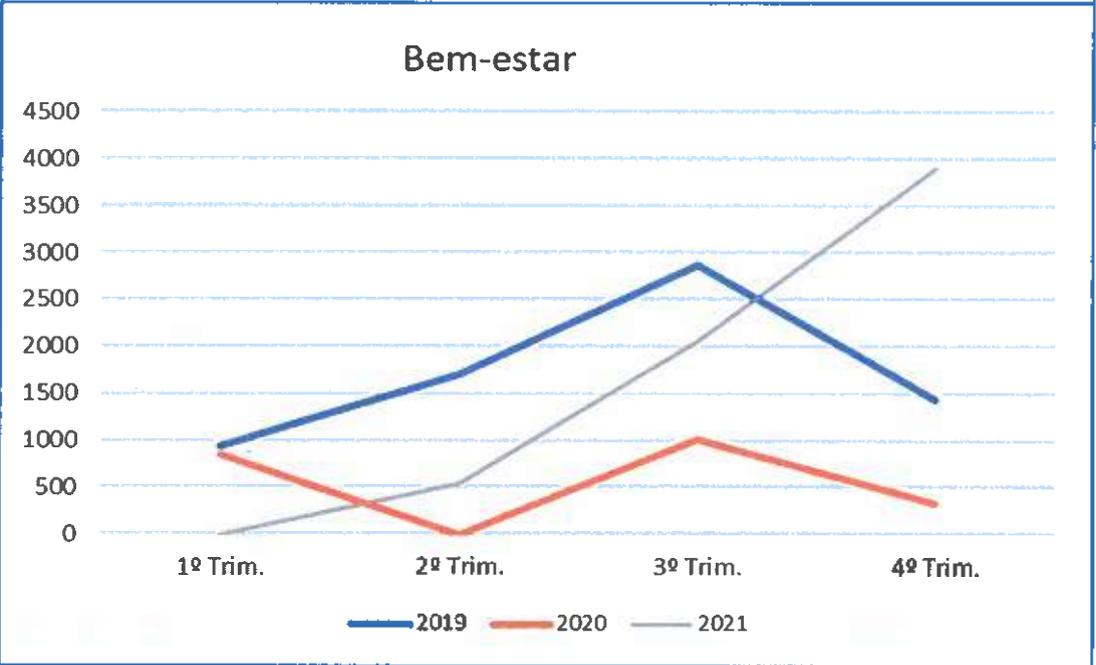
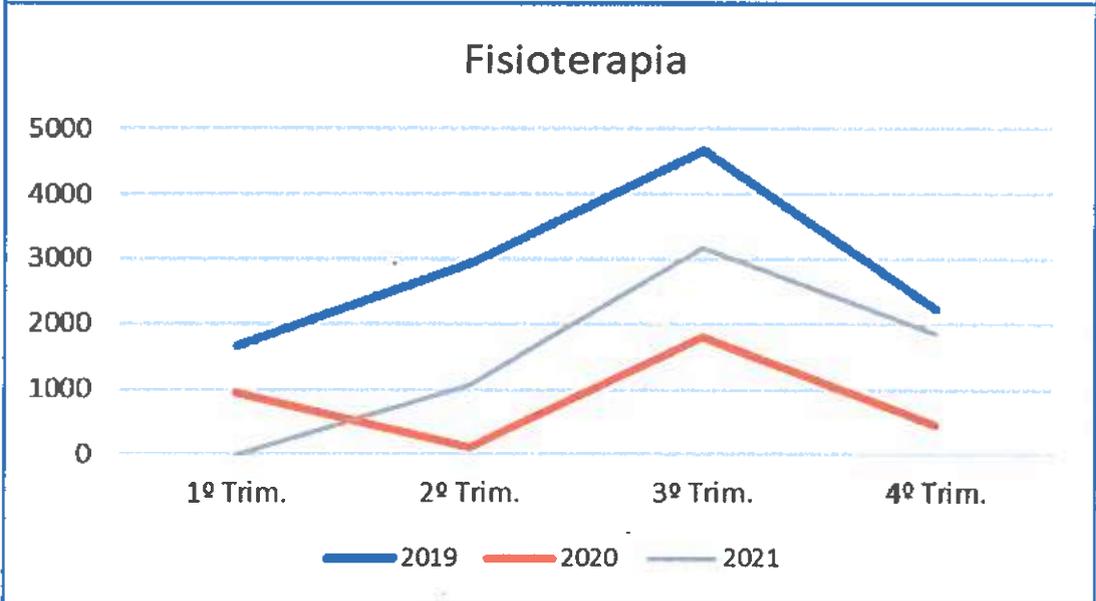
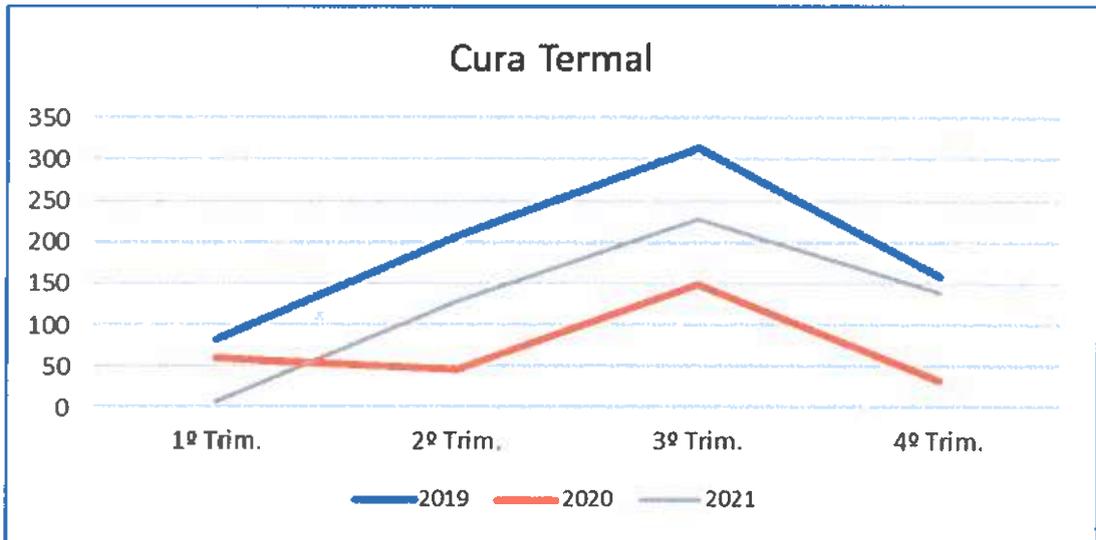


| Mês/Ano | Cura termal | Fisioterapia | Bem-Estar | Total |
|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
| 1º Trim/21 | 0 | 6 | 0 | 2284 |
| 2º Trim/21 | 1085 | 129 | 541 | 4092 |
| 3º Trim/21 | 3190 | 228 | 2069 | 6467 |
| 4º Trim/21 | 1866 | 138 | 3911 | 3079 |
| Total | 6141 | 501 | 6521 | 13163 |



No primeiro quadro, analisamos as variações em valor, neste quadro podemos verificar que, face ao período homólogo, atendemos mais 2.787 Aquistas de Cura Termal, mais 214 de Fisioterapia e mais 4.315 em tratamentos de Bem-Estar. Relativamente a 2019, podemos verificar que atendemos menos 5.373 Aquistas de Cura Termal, menos 260 de Fisioterapia e menos 452 em tratamentos de bem-estar.

Handwritten notes:
 2021
 17



O serviço de bem-estar termal foi a valência onde se registou uma maior recuperação da faturação, tendo ficado apenas a 3,4% aquém dos valores atingidos em 2019. Manteve-se a aposta da utilização exclusiva do Balneário Rainha D. Amélia para este serviço, com a rentabilização dos espaços em horários alargados, transmitindo desta forma mais segurança e confiança aos seus utilizadores face à situação pandémica. Para além da venda convencional de programas ao balcão, verificou-se uma dinâmica muito interessante de vendas on-line que representaram 38% das vendas totais de bem-estar.

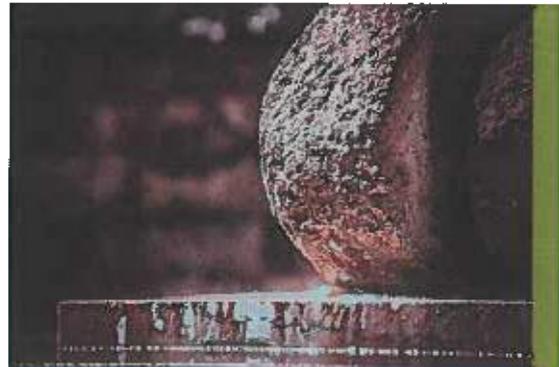
Relativamente ao tipo de tratamentos realizados verificou-se predominância na técnica de banheira com hidromassagem automática ao nível de banhos, do duche vichy geral nos duches, do vapor à coluna nos vapores, da piscina com hidromassagem manual de 7 minutos nas piscinas e da nebulização nas técnicas ORL. Verifica-se um crescimento, face a 2019, do número de duches de jato e uma maior recuperação da técnica de bertholaix motivada pela disponibilização de mais um equipamento no Balneário D. Afonso Henriques, conforme se pode verificar na tabela abaixo:

| | Tratamentos realizados | 2019 | 2020 | 2021 | dif 21/19 | % |
|--------------|---|----------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| Banhos | Banheira Hidro Manual 7' | 2 307 | 507 | 1 042 | -1 265 | -54,83% |
| | Banheira Hidro Automática | 33 936 | 9 732 | 19 260 | -14 676 | -43,25% |
| | Banheira Imersão | 333 | 119 | 233 | -100 | -30,03% |
| | Banheira Bolha de ar | 1 420 | 403 | 724 | -696 | -49,01% |
| | Banheira bolha de ar + Hidro automática | 4 623 | 1 194 | 3 233 | -1 390 | -30,07% |
| | Banheira Niagara com Hidro automática | 1 887 | 161 | 0 | -1 887 | 100,00% |
| | Total | 44 506 | 12 107 | 24 492 | -20 014 | -44,97% |
| Duches | Duche com massagem geral | 29 495 | 8 802 | 19 757 | -9 738 | -33,02% |
| | Duche com massagem localizada | 18 610 | 4 820 | 8 996 | -9 614 | -51,66% |
| | Duche de jato | 367 | 111 | 446 | 79 | 21,53% |
| | Duche de cachão | 2 936 | 863 | 1 498 | -1 438 | -48,98% |
| | Duche circular | 73 | 34 | 39 | -34 | -46,58% |
| | Total | 51 481 | 14 630 | 30 736 | -20 745 | -40,30% |
| Vapores | Vapor à coluna | 53 636 | 13 865 | 27 407 | -26 209 | -48,88% |
| | Emanatório * | 4 547 | 335 | 0 | -4 547 | 100,00% |
| | Vapor aos membros | 16 853 | 4 368 | 8 780 | -8 073 | -47,90% |
| | Bertholaix | 5 131 | 2 025 | 4 701 | -430 | -8,38% |
| Total | 80 147 | 20 593 | 40 888 | -39 259 | -48,98% | |
| Piscina | Piscina com Hidro fixa 15' | 14 804 | 4 735 | 8 357 | -6 447 | -43,55% |
| | Piscina com Hidro manual 15' | 25 641 | 6 384 | 10 969 | -14 672 | -57,22% |
| | Piscina Hidro fixa 10' | 11 303 | 3 676 | 7 849 | -3 454 | -30,56% |
| | Piscina Hidro manual 7' | 22 694 | 5 229 | 13 658 | -9 036 | -39,82% |
| | Piscina Recuperação | 1 547 | 280 | 736 | -811 | -52,42% |
| Total | 75 989 | 20 304 | 41 569 | -34 420 | -45,30% | |
| ORL | Irrigação nasal | 56 563 | 15 103 | 25 286 | -31 277 | -55,30% |
| | Pulverização * | 19 344 | 1 386 | 168 | -19 176 | -99,13% |
| | Inalação nasal | 33 306 | 9 420 | 15 666 | -17 640 | -52,95% |
| | Bucofaringeo | 9 706 | 3 748 | 6 807 | -2 899 | -29,87% |
| | Nebulização | 64 698 | 17 243 | 29 099 | -35 599 | -55,02% |
| | Aerosol | 6 706 | 2 226 | 4 752 | -1 954 | -29,14% |
| Total | 190 323 | 49 126 | 81 778 | -108 545 | -57,03% | |
| Total | 442 416 | 116 760 | 219 483 | -222 933 | -50,40% | |

Relativamente à comparticipação dos tratamentos termais pelo Serviço Nacional de Saúde, verificou-se em 2021 uma utilização de 2.332 requisições, 50% delas provenientes da ARS Centro, 23,9% ARS Lisboa e Vale do Tejo e 18,1% ARS Norte sendo que as restantes 8% distribuem-se pelas restantes delegações prescritoras. Deste total de requisições executadas, 83,8% são referentes à indicação terapêutica de reumatologia e 16,2% à indicação terapêutica das vias respiratórias. Do total de requisições recebidas, 982 (42%) foram alvo da comparticipação máxima de 95€, sendo o valor médio de comparticipação de 85,3€.

7 MARKETING, IMAGEM E COMUNICAÇÃO

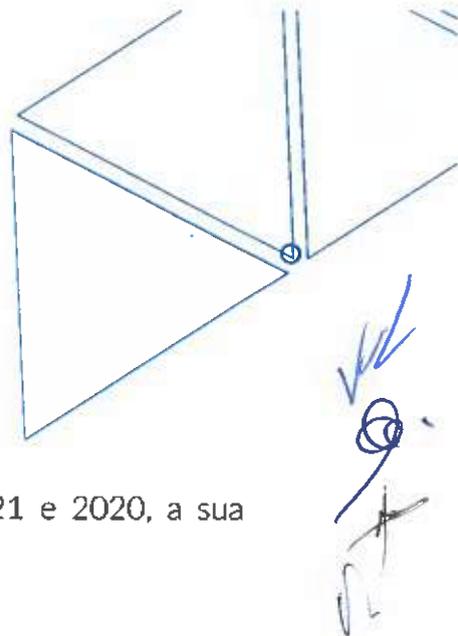
Em 2021, foram implementadas diversas iniciativas, cuja principal missão consistiu em promover as Termas de S. Pedro do Sul, explorando as mesmas, nomeadamente:



- o Parceria com *Influencer* pela rede social *Instagram* a fim de promover os produtos da linha Dermocosméticos AQVA utilizando um código de desconto;
- o Criação de pacotes especiais: S. Valentim, *Black Friday*, Natal;
- o Elaboração de Inquéritos de Satisfação dirigidos aos clientes medindo a sua satisfação, por forma a perceber como pensam e se sentem em relação aos serviços e produtos disponibilizados pelas Termas de S. Pedro do Sul;

- o Criação de vídeos clínicos;
- o Produção de vídeos promocionais de ativação do destino Termas de S. Pedro do Sul e do próprio conselho como destino a visitar promovendo a confiança após o COVID-19;
- o Realização da Assembleia Geral da EHHTA num formato híbrido (presencial e online), um evento que serviu de marco da retoma da atividade termal e contribuiu fortemente para a afirmação desta estância termal junto dos seus congéneres europeus;
- o Criação da Linha *WhatsApp*;
- o Apresentação e promoção da *hashtag* na praça do Balneário Rainha D.ª Amélia potenciando a sua identificação nas redes sociais;
- o Realização de diversas campanhas e concursos nas redes sociais, convertendo seguidores;
- o Envio de Newsletters personalizadas a consumidores/subscritores segmentados por perfis de adequação a determinado tema (loja online, fisioterapia, termalismo);
- o Participação nos programas de televisão "Sociedade Civil", "Praça da Alegria", "Tenda às Costas" e "Boa Cama e Boa Mesa";
- o Várias notícias na imprensa escrita nacional (Revista Correio da Manhã, Jornal de notícias, etc.);
- o Promoção de ações de divulgação através da partilha das mesmas com empresas, IPSS's, municípios e outras entidades de carácter social, com a finalidade de difundir a área do termalismo e fomentar o turismo e bem-estar; (Doação de Sangue, Arte para a Infância).

8 SITUAÇÃO ECONÓMICA



Apresenta-se composição dos rendimentos e gastos em 2021 e 2020, a sua variação absoluta e relativa (%);

| Resultado das operações / Indicadores de gasto | 2021 | % s/ Vn | 2020 | % s/ Vn | Variação | Var. % |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|-----------------|
| Vendas e Serviços Prestados | 2 571 697 | 100,0% | 1 307 226 | 100,0% | 1 264 471 | + 96,7% |
| Subsídios à exploração | 458 320 | 17,8% | 234 997 | 18,0% | 223 323 | + 95,0% |
| Gasto das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | -120 133 | -4,7% | -31 686 | -2,4% | 88 448 | + 279,1% |
| Margem de contribuição | 2 451 563 | 95,3% | 1 275 541 | 97,6% | 1 176 022 | + 92,2% |
| Fornecimentos e serviços externos | -991 412 | -38,6% | -730 701 | -55,9% | 260 711 | + 35,7% |
| Gastos com o pessoal | -1 969 045 | -76,6% | -1 550 719 | -118,6% | 418 326 | + 27,0% |
| Outros rendimentos | 768 712 | 29,9% | 1 495 728 | 114,4% | -727 016 | -48,6% |
| Outros gastos | -56 255 | -2,2% | -69 116 | -5,3% | -12 861 | -18,6% |
| EBITDA - Res. antes dep. gastos financiamento e impostos | 661 083 | 25,7% | 655 730 | 50,2% | 6 154 | + 0,9% |
| Gastos/reversões de depreciação e amortização | -507 915 | -19,8% | -507 549 | -38,8% | 366 | + 0,1% |
| EBIT - Resultado operacional (s/ gastos de finan/to e impostos) | 153 968 | 6,0% | 148 181 | 11,3% | 5 787 | + 3,9% |
| Resultados financeiros | -153 968 | -6,0% | -148 181 | -11,3% | 5 788 | + 3,9% |
| EBT - Resultado antes de imposto (RAI) | 0 | | 0 | | | |
| Imposto sobre rendimento do período | -3 717 | -0,1% | -1 701 | -0,1% | 2 016 | + 118,5% |
| Resultado líquido do período (RL) | -3 717 | -0,1% | -1 701 | 0,1% | 2 016 | + 118,5% |



A Empresa apresenta uma variação positiva no réditio de 1.264.471 Euros (+96,7%), tendo tido necessidade de aumentar os seus gastos para fazer face ao aumento da procura dos serviços, nomeadamente os gastos com pessoal, os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e o fornecimento de serviços externos.



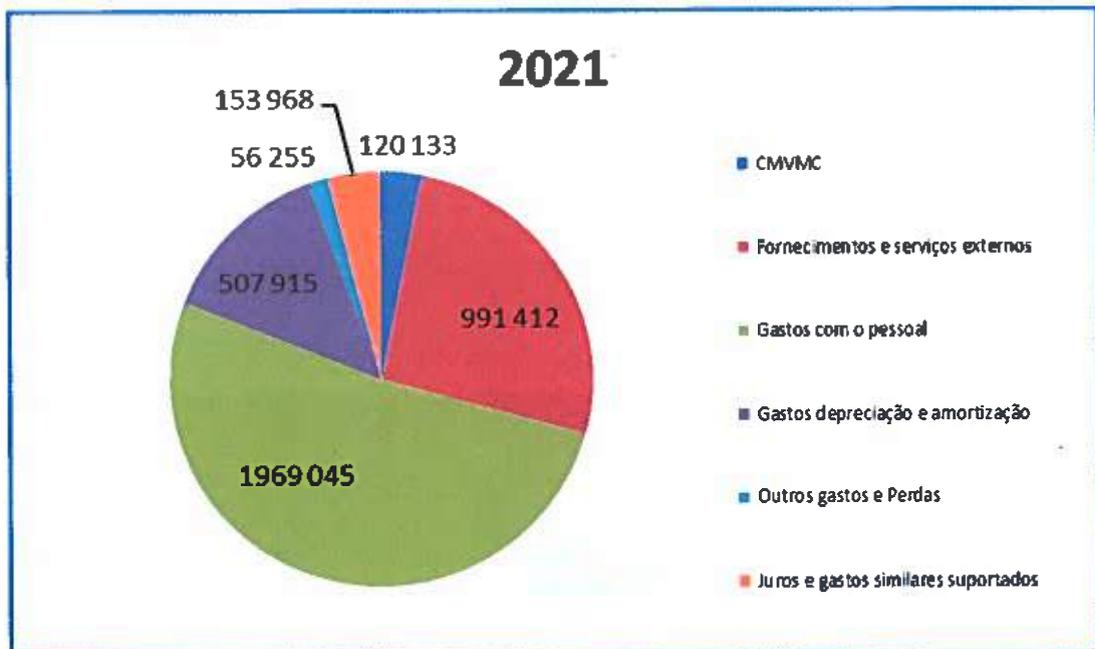
8.1 GASTOS

Os gastos globais de 2021 totalizaram 3.798.728,56 Euros, representando um aumento de 760.777,52 Euros relativamente ao ano anterior.

3.798.728,56€

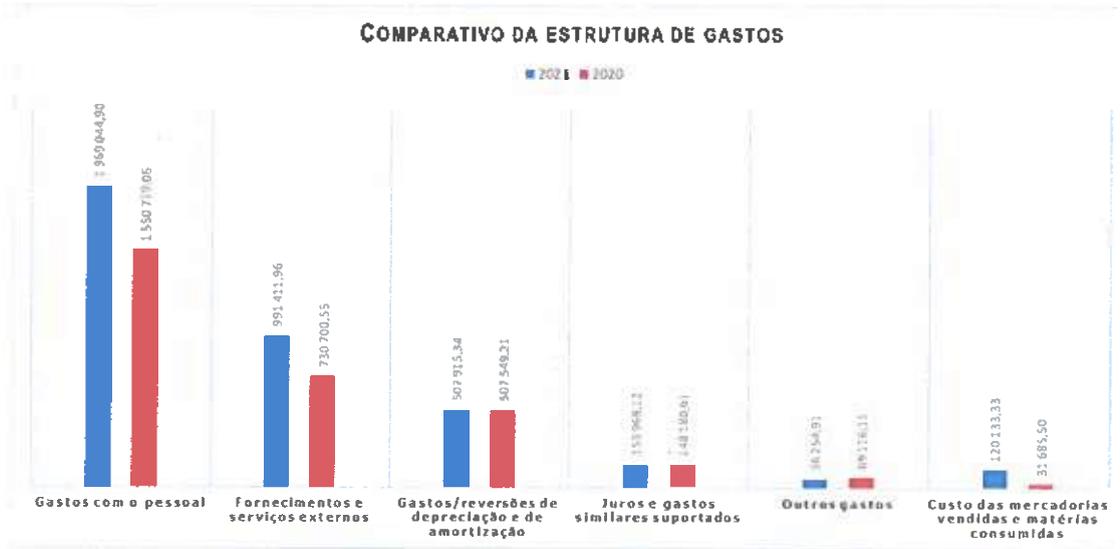
Estrutura dos Gastos 2021/2020

| Descrição | Em cêntimos de Euro | | | |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | Variação | Variação (%) |
| Gastos com o pessoal | 1 969 044,90 | 1 550 719,06 | 418 325,84 | 27,0% |
| Fornecimentos e serviços externos | 991 411,96 | 730 700,55 | 260 711,41 | 35,7% |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 507 915,34 | 507 549,21 | 366,13 | 0,1% |
| Juros e gastos similares suportados | 153 968,12 | 148 180,61 | 5 787,51 | 3,9% |
| Outros gastos | 56 254,91 | 59 116,11 | (12 861,20) | (18,6%) |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 120 133,33 | 31 685,50 | 88 447,83 | 279,1% |
| Total da estrutura de gastos | 3 798 728,56 | 3 037 951,04 | 760 777,52 | 25,0% |



Seguidamente apresentam-se comparações entre os gastos realizados em 2021, com os realizados em 2020, em termos absolutos.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Em relação aos gastos com pessoal, os quadros seguintes apresentam informação detalhada sobre a sua evolução:

- Evolução dos gastos com o pessoal nos últimos 4 anos:

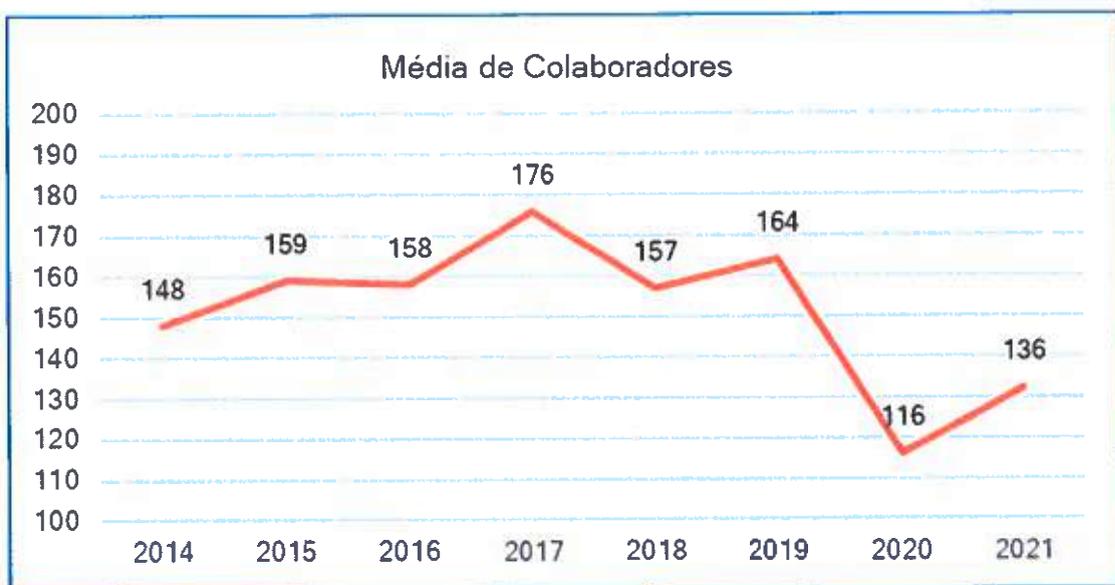
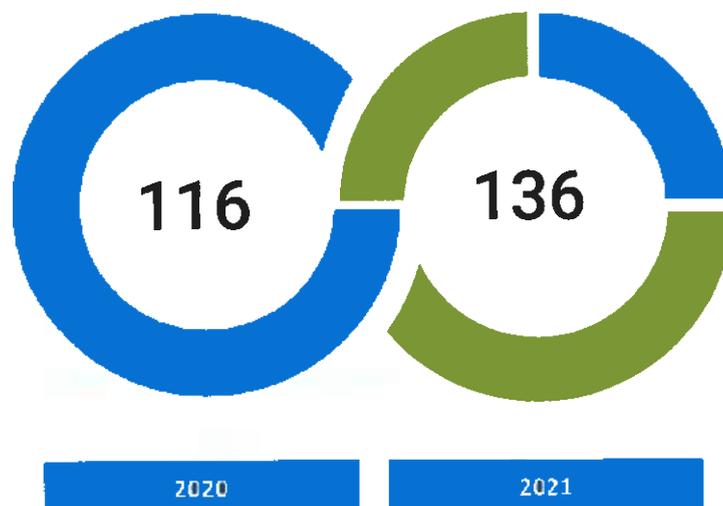
| Descrição | 2021 | 2020 | Δ Abs 2020/19 | 2019 | 2018 |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| Gastos com pessoal | 1 969 044,90 | 1 550 719,06 | 418 325,84 | 2 227 903,34 | 2 004 517,77 |
| N.º médio de colaboradores | 136 | 116 | 20 | 164 | 157 |
| Gasto médio por colaborador | 14 478,27 | 13 368,27 | 1 110,00 | 13 584,78 | 12 767,63 |





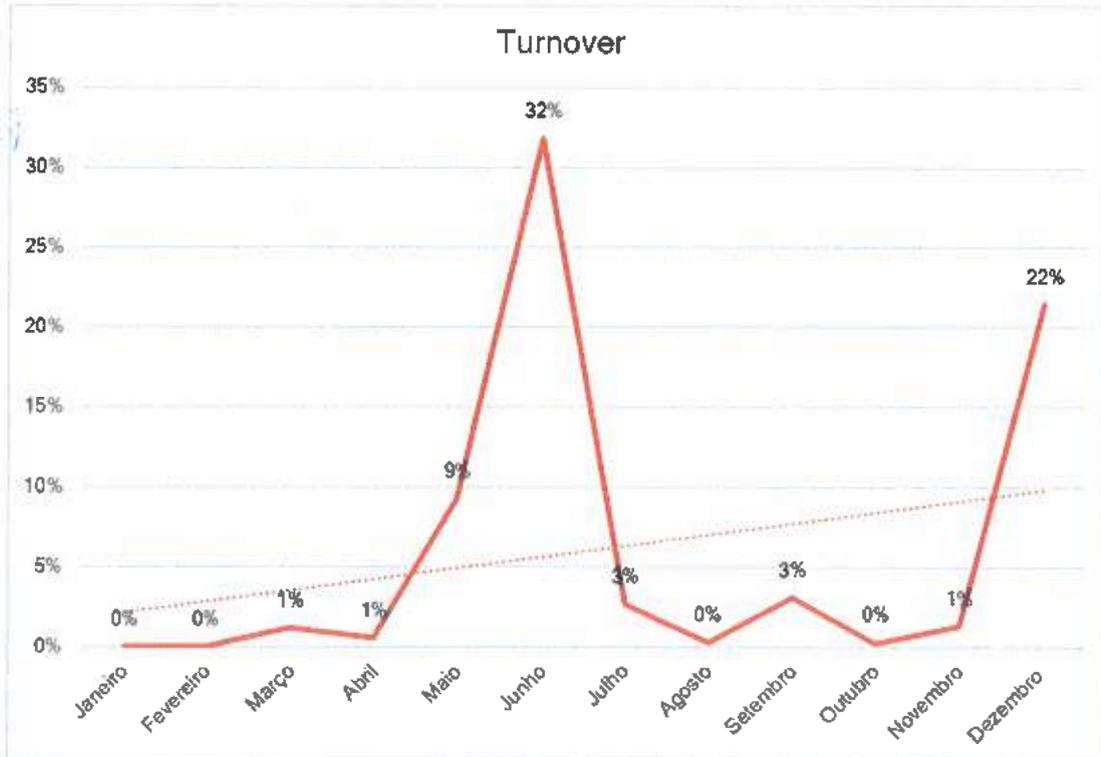
O acréscimo verificado nos gastos com o pessoal do período de 2020 para 2021, deve-se ao aumento do número médio de colaboradores, fruto do aumento de serviços prestados e aos aumentos salariais verificados no período, uma vez que o salário mínimo nacional passou de 635 para 665 Euros. Como se verifica o gasto médio por colaborador teve um aumento significativo.

Relativamente ao número de colaboradores, em termos médios foi de 136 no ano 2021, e de 116 no ano 2020.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.

Ao analisar a taxa de rotatividade (*Turnover*), deparamo-nos com picos, nomeadamente, a junho e a dezembro de 2021. Se no primeiro caso a elevada taxa se deve a entradas de contratados para reforço da época sazonal, o segundo retrata as respetivas saídas.



Apesar desta rubrica ter mantido um peso estrutural significativo em 2021, de referir que a empresa entrou em *lay-off* no dia 17 de janeiro de 2021, tendo obtido, aproximadamente, 108.728 Euros de apoios da Segurança Social (reconhecidos na rubrica "Subsídios à exploração"), no âmbito dos apoios solicitados para combater os efeitos negativos da pandemia referente ao COVID 19.



8.1.1 DESAGREGAÇÃO DA RUBRICA "FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS"

| | 2021 | 2020 | Variação | Variação % |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Serviços especializados | 271 582,27 | 184 360,34 | 87 221,93 | 47,3% |
| Electricidade | 195 876,79 | 119 516,48 | 76 360,31 | 63,9% |
| Rendas e alugueres | 152 410,16 | 111 359,04 | 41 051,12 | 36,9% |
| Publicidade e propaganda | 90 780,15 | 58 934,29 | 31 845,86 | 54,0% |
| Combustíveis | 33 995,52 | 14 216,12 | 19 779,40 | 139,1% |
| Outros serviços (Inclui animação termal) | 31 279,59 | 17 247,45 | 14 032,14 | 81,4% |
| Honorários | 27 621,50 | 34 618,94 | -6 997,44 | (20,2%) |
| Seguros | 26 522,41 | 25 172,74 | 1 349,67 | 5,4% |
| Despesas de representação | 25 590,05 | 8 104,31 | 17 485,74 | 215,8% |
| Material de conservação e reparação | 25 539,29 | 28 517,86 | -2 978,57 | (10,4%) |
| Conservação e reparação | 24 608,68 | 13 896,11 | 10 712,57 | 77,1% |
| Outros serviços | 22 325,91 | 12 683,37 | 9 642,54 | 76,0% |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 17 967,06 | 24 147,56 | -6 180,50 | (25,6%) |
| Limpeza, higiene e conforto | 9 822,74 | 28 843,07 | -19 020,33 | (65,9%) |
| Serviços bancários | 8 221,25 | 5 178,60 | 3 042,65 | 58,8% |
| Comunicação | 5 822,83 | 6 021,91 | -199,08 | (3,3%) |
| Artigos de ofertas | 4 288,24 | 2 572,13 | 1 716,11 | 66,7% |
| Material de escritório | 4 232,68 | 3 101,66 | 1 131,02 | 36,5% |
| Outros Materiais | 3 648,58 | 2 977,49 | 671,09 | 22,5% |
| Material para bem-estar | 3 465,29 | 662,20 | 2 803,09 | 423,3% |
| Vigilância e segurança | 1 975,71 | 0,00 | 1 975,71 | 100,0% |
| Deslocações e estadas | 1 725,05 | 928,47 | 796,58 | 85,8% |
| Material para tratamentos | 783,85 | 26 721,38 | -25 937,53 | (97,1%) |
| Contencioso e notariado | 571,74 | 453,16 | 118,58 | 26,2% |
| Livros e documentação técnica | 430,77 | 0,00 | 430,77 | 100,0% |
| Água | 220,16 | 375,81 | -155,65 | (41,4%) |
| Transportes de mercadorias | 87,97 | 73,44 | 14,53 | 19,8% |
| Outros Combustíveis | 15,72 | 16,62 | -0,90 | (5,4%) |
| | 991 411,96 | 730 700,55 | 260 711,41 | 35,68% |

De um modo geral, o valor desta rubrica aumentou, cerca de 260.700 Euros, aproximadamente 36% em relação a 2020, fruto da retoma progressiva da atividade da Entidade.

A redução dos gastos com material de tratamentos (-25.937,53 Euros) e material de limpeza (-19.020,33 Euros) deve-se, ao facto de estarem a ser registados na rubrica custo da mercadorias vendidas e matérias consumidas.

Os "Serviços especializados" incluem 214.725 Euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2020: 111.146 Euros).

À semelhança de 2020 não foi possível realizar o Festival da Água em 2021, tendo os custos em 2021 sido de 29.622,21 Euros (2020: 9.291,66 Euros).

8.2 RENDIMENTOS

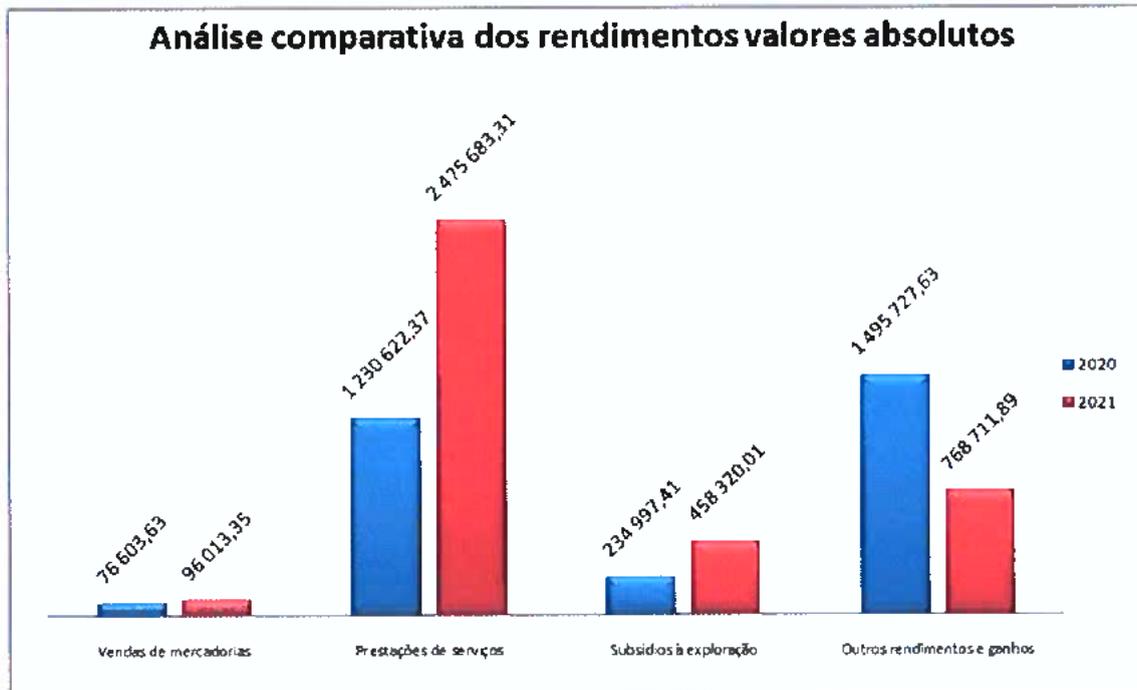
Os rendimentos globais de 2021 totalizaram 3.798.728,56 Euros, representando um acréscimo de 760.777,52 Euros relativamente ao período anterior, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Estrutura dos Rendimentos 2021/2020

| Descrição | Em cêntimos de Euro | | | |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | Variação | Variação (%) |
| Outros rendimentos | 768 711,89 | 1 495 727,63 | (727 015,74) | (48,6%) |
| Vendas e serviços prestados | 2 571 696,66 | 1 307 226,00 | 1 264 470,66 | 96,7% |
| Subsídios à exploração | 458 320,01 | 234 997,41 | 223 322,60 | 95,0% |
| Total da estrutura de rendimentos | 3 798 728,56 | 3 037 951,04 | 760 777,52 | 25,0% |

Em relação à composição dos principais rendimentos e respetiva estrutura, apresentam-se de seguida gráficos que sintetizam de forma muito clara a contribuição de cada uma das rubricas em 2021.





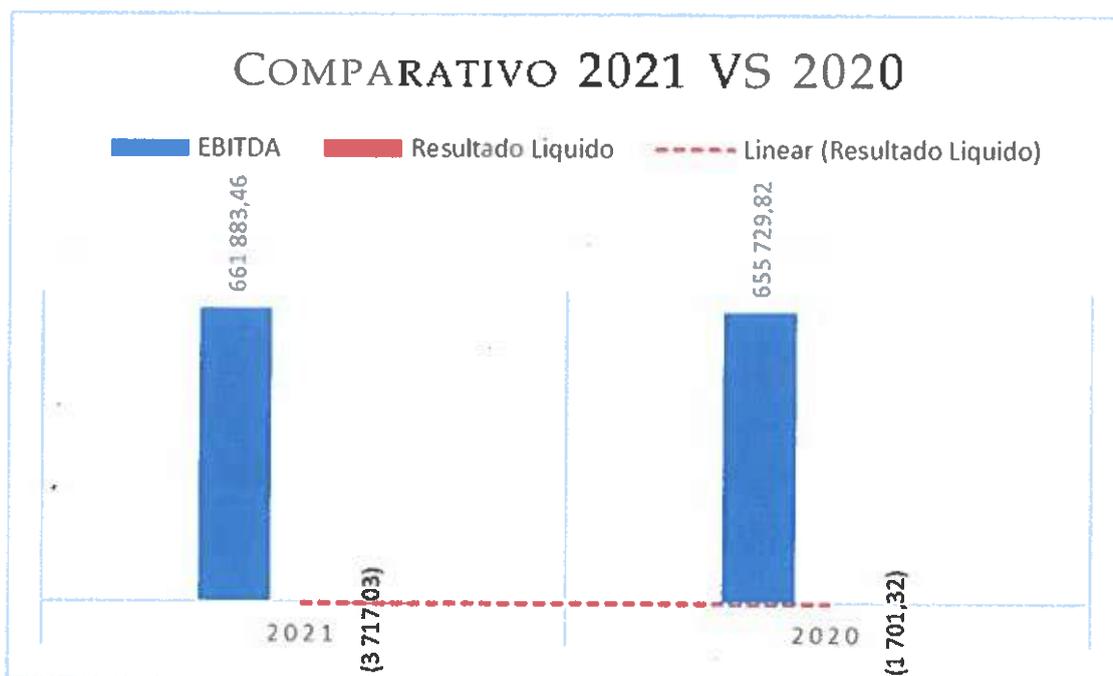
Conforme já referido anteriormente, o aumento da estrutura de rendimentos deveu-se ao aumento da atividade da Empresa, que por sua vez, adveio de um aumento do número de aquistas que usufruíram dos serviços prestados pela Empresa.

A variação da rubrica "Outros rendimentos" refere-se ao reconhecimento da compensação financeira para equilíbrio de resultados, nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, no valor de 680.857,9€ (2020: 1.381.732,78€), atribuídos pelo Município de São Pedro do Sul.

9 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, comparativamente ao período anterior os seguintes valores de EBITDA e Resultado Líquido do período.

| Descrição | 2021 | 2020 | Δ Absoluta | Δ relativa |
|--|------------|------------|------------|------------|
| EBITDA | 661 883,46 | 655 729,82 | 6 153,64 | 0,9% |
| EBITDA/ Volume de negócios | 25,7% | 50,2% | -24,4 | -48,7% |
| Resultado líquido do período | (3 717,03) | (1 701,32) | (2 015,71) | -118,5% |
| Resultado líquido do período / Volume de negócios | -0,1% | -0,1% | 0,0 | -11,1% |



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores:

Os indicadores a 31 de dezembro de 2021, de uma forma geral, melhoraram em virtude da aumento da atividade da empresa em 2021.

| Análise financeira | 2021 | 2020 | Δ Absoluta |
|---------------------------------|-----------|---------|--------------|
| Autonomia Financeira (%) | 27,9% | 22,3% | 5,6 p.p |
| Endividamento (%) | 72,1% | 77,7% | (-5,6 p.p) |
| Solvabilidade (%) | 38,7% | 28,6% | 10,1 p.p |
| Cobertura do ativo não corrente | 143,1% | 139,8% | 3,3 p.p |
| Liquidez geral | 1,15 | 0,82 | 0,33 |
| Liquidez Imediata | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Liquidez Reduzida | 1,02 | 0,71 | 0,31 |
| Valor acrescentado bruto (VAB) | 1 972 028 | 832 480 | 1 139 547,40 |

A posição financeira da sociedade pode-se avaliar através da análise dos seguintes itens:

| ATIVO | 31-DEZ-2021 | Peso % | 31-DEZ-2020 | Peso % | Varição 2021-2020 |
|--|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|
| Ativo não corrente | 12 765 575,11 | 87,2% | 12 739 496,96 | 87,7% | 26 078,15 |
| Ativo corrente | 1 877 184,01 | 12,8% | 1 790 236,32 | 12,3% | 86 947,69 |
| Total Ativo | 14 642 759,12 | 100,0% | 14 529 733,28 | 100,0% | 113 025,84 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | | |
| Capital Próprio | 4 089 177,53 | 27,9% | 3 233 404,01 | 22,3% | 855 773,52 |
| Passivo não corrente | 8 922 879,84 | 60,9% | 9 110 029,54 | 62,7% | (187 149,70) |
| Passivo corrente | 1 630 701,75 | 11,1% | 2 186 299,73 | 15,0% | (555 597,98) |
| Total Capital Próprio e Passivo | 14 642 759,12 | 100,0% | 14 529 733,28 | 100,0% | 113 025,84 |

O aumento verificado no ativo não corrente resulta do facto do investimento efetuado pela Empresa ter sido superior às depreciações registadas no ano. Sendo de destacar, as obras efetuadas nos serviços de fisioterapia no valor 75.605,07€ e a obra em curso referente à execução do projeto geotérmico no valor de 407.598,81 Euros.

Relativamente ao ativo corrente, as variações mais significativas resultam da contabilização do valor a receber referente ao subsídio atribuído pelo Fundo de Apoio à Inovação no valor de 1.099.895,23€ e do valor a receber referente ao subsídio atribuído para o projeto AqVATOPIC no valor de 114.343,59€. Verifica-se uma redução no reconhecimento da compensação financeira para equilíbrio de resultados, nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, sendo em 2021 o valor de 680.857,94€ (2020:1.381.732,78€), atribuídos pelo Município de São Pedro do Sul.

No que respeita ao capital próprio, o aumento verificado resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento.

A redução do passivo corrente resulta do fim das moratórias públicas para os créditos de médio e longo prazo, tendo em 2021 começado a amortizar capital a partir de outubro e da transferência dos valores a liquidar no período de 2022, os quais foram apresentados no passivo não corrente.

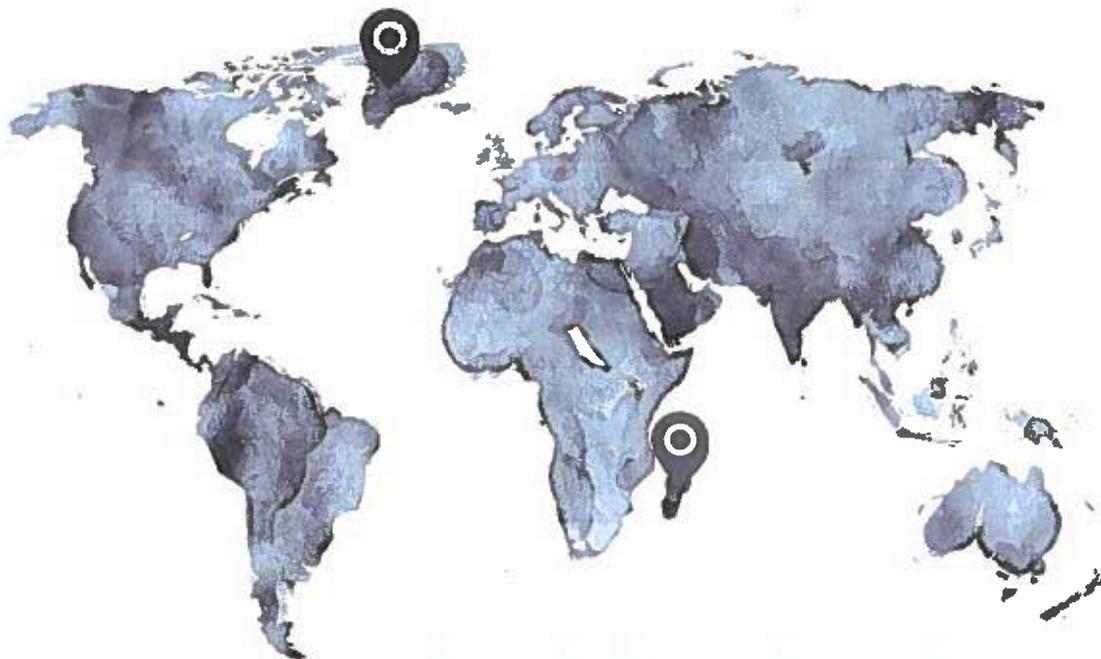
Handwritten notes:
 ↓
 ⊙
 ✕
 1 2

Finalmente, a diminuição do passivo corrente, resulta por um lado da diminuição da dívida a fornecedores, devido à atribuição da compensação financeira por parte do Município, com a qual a Entidade efetuou um encontro de contas com a dívida que tinham aquela entidade e por outro lado pelo registo do valor a receber referente ao subsídio atribuído pelo Fundo de Apoio à Inovação, que em 2020 apenas se encontrava registado o adiantamento recebido, no valor de 250.000 Euros.

| Indicadores de Gestão | 2021 | 2020 | Δ Absoluta | Δ em % face a 2020 |
|---|---------------|---------------|------------|-----------------------|
| Ativo Fixo Tangível (AFT) | 12 733 829,00 | 12 707 895,05 | 25 933,95 | 0,2 % |
| Capital próprio | 4 089 177,53 | 3 233 404,01 | 855 773,52 | 26,5 % |
| Capitais Permanentes | 13 012 057,37 | 12 343 433,55 | 668 623,82 | 5,4 % |
| Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm) | 0,98 | 1,03 | (0,05) | (4,9 %) |
| Fluxos de caixa operacionais | 179 869,65 | (698 004,29) | 877 873,94 | (125,8 %) |
| Margem de Lucro | 95,3% | 97,6% | (2,25) | (2,3 %) |

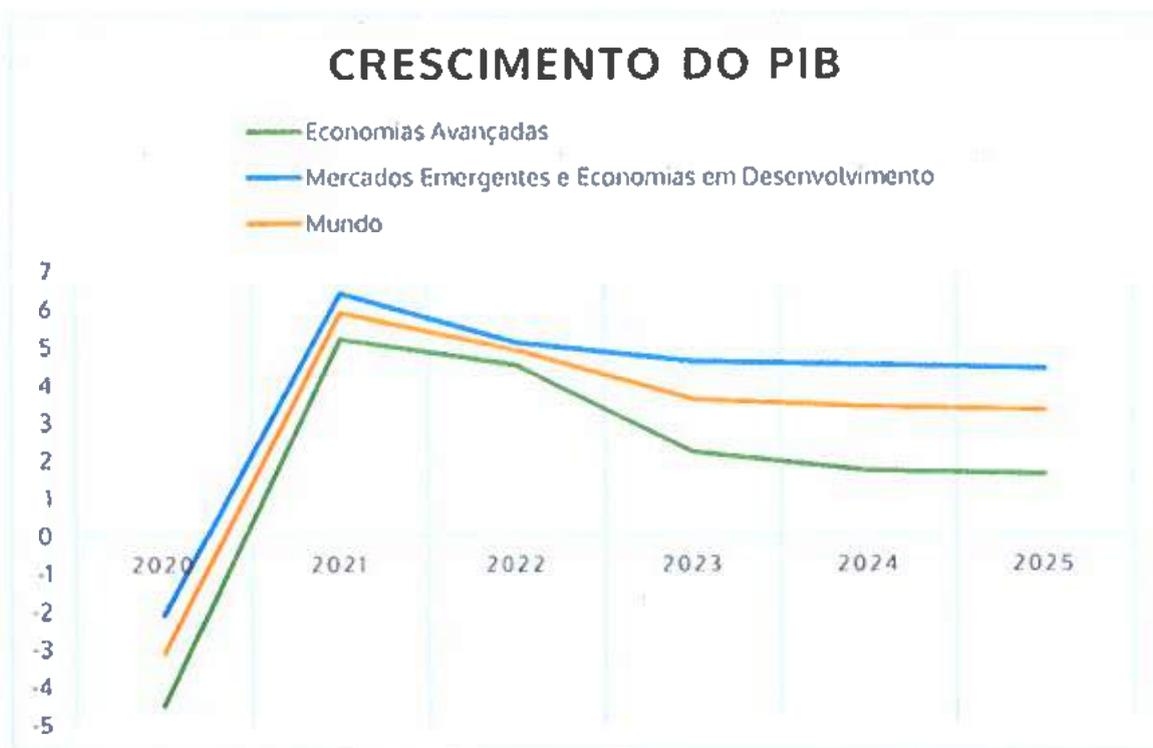
10 EXPECTATIVAS FUTURAS

10.1 A Nível Internacional



É esperado que a recuperação económica iniciada em 2021 se mantenha durante 2022, com a maior parte dos indicadores a estabilizar nos anos subsequentes. Como tal, segundo dados do FMI, 2022 deverá trazer um crescimento de 4,9% na economia global, que estabilizará nos 3,3% nos anos subsequentes. As projeções de médio termo das economias mais desenvolvidas ultrapassam as existentes em período pré-pandemia, em grande parte devido às novas medidas em vigor nos EUA que se prevê, venham dar um impulso extraordinário à economia.

Associado ao crescimento da economia global esperado está o crescimento do PIB das economias mundiais, como representado no gráfico abaixo.



É possível observar a tendência de manutenção do crescimento em 2022 e subsequente queda, neste indicador, essa queda é mais marcada nas economias avançadas do mundo.

O indicador que mais preocupa as principais entidades financeiras é a inflação. Existe um elevado grau de incerteza sobre o seu comportamento futuro dado que ninguém consegue prever exatamente a evolução da pandemia e o potencial

surgimento de novas variantes. No entanto, espera-se que esta cresça acentuadamente em 2022. As previsões variam entre instituições, mas todas apontam para um valor superior a 2%.

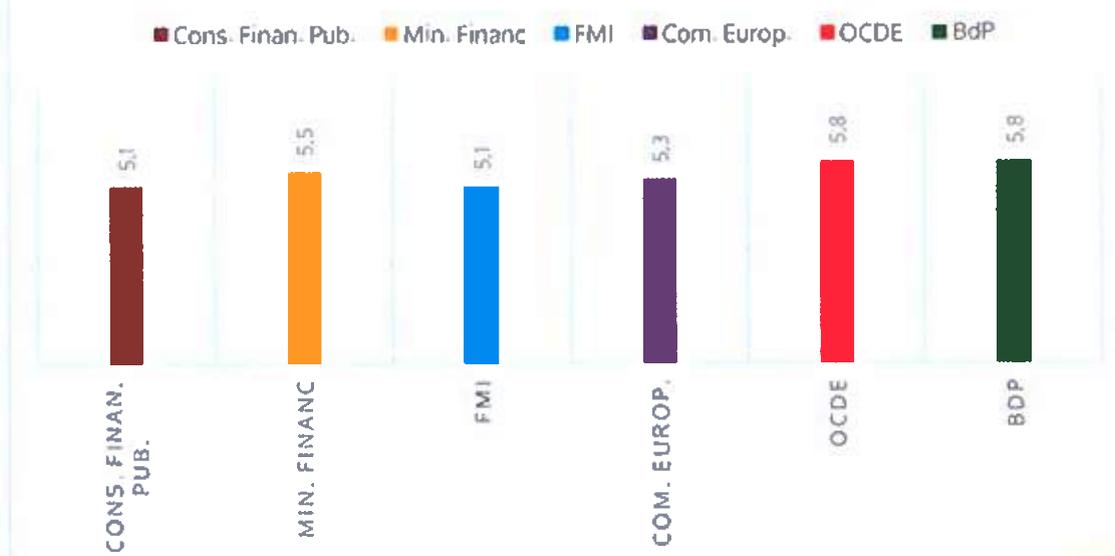
Este crescimento deve-se a um leque vasto de fatores. As disrupções das cadeias de fornecimento deverão continuar pelo menos até meio do ano, diminuindo a oferta e fazendo subir os preços dado o aumento esperado do consumo das famílias. O setor das energias foi onde ocorreram as maiores subidas de preço em 2021 e a tendência manter-se-á em 2022, com este setor a liderar as subidas de preços. Adicionalmente, a falta de mão-de-obra que se tem feito sentir em alguns setores, coloca uma pressão sobre os salários e custos das empresas o que também deverá contribuir para o aumento de preços esperado.

As previsões do FMI indicam que o emprego é dos indicadores que irá apresentar a recuperação mais lenta nos próximos anos. São apontadas como principais razões para esta evolução lenta, os apoios extra dados aos desempregados que em conjunto com receios de regressar aos escritórios levam muitos a ficar em casa, a evolução da automação e automatização de processos que reduz os requerimentos de capital humano. Este comportamento é esperado tanto em economias mais desenvolvidas como nas emergentes e em desenvolvimento, teorizando-se que a COVID-19 levará a um aumento de desigualdades sociais nas sociedades e a um aumento de tensão entre classes.

10.2 Cenário Interno

O recente chumbo do orçamento de estado, e subsequente queda do governo, vieram trazer alguma incerteza sobre o futuro do país. Não obstante, as previsões indicam que a recuperação económica iniciada em 2021 se deverá, pelo menos, manter, ou potencialmente, acelerar em 2022. O conselho das finanças públicas português apresenta um sumário das principais previsões de crescimento do PIB em 2022.

CRESCIMENTO PIB 2022 (%)



Todas as previsões apontam para um crescimento acima dos 5%. Segundo o Banco de Portugal a tendência de crescimento que se verificou em 2021 e que se espera que continue em 2022 é suportada pelos fundos da Europa e pela manutenção das condições financeiras.

Mesmo assim, é esperado um desacelerar do crescimento em 2023 e 2024 para os 3,1% e 2%, respetivamente.

Associado ao aumento do PIB está o aumento do consumo privado, entre os 4,1% e os 4,8% para 2022 segundo as diversas projeções. Este aumento deve-se à esperada libertação das poupanças que muitas famílias acumularam durante a pandemia. Também se prevê um aumento do salário mínimo que levará a um aumento do rendimento real disponível dos portugueses. A médio prazo, o Banco de Portugal prevê uma desaceleração deste indicador, e que em 2024 o crescimento baixe para os 1,8%.

Quanto ao consumo público, espera-se uma quebra acentuada, após ter crescido acima dos 4% em 2021, espera-se que cresça apenas 1,4% em 2022 segundo projeções do Banco de Portugal.

Espera-se que as exportações aumentem 12,7% depois dos 9,6% registados em 2021. Este aumento deve-se em parte à recuperação do setor do turismo, que

tem mostrado sinais de recuperação acelerada, mas cujo ponto de partida de 2020 era muito baixo. Ainda assim, a incerteza sobre o cenário de pandemia e sobre as medidas restritivas, nomeadamente no controlo de fronteiras, tornam as previsões algo incertas. Por seu lado, as importações deverão desacelerar, após terem crescido 10,3% em 2021, deverão apresentar um crescimento de 9,3% em 2022.

É esperado que o crescimento económico de 2022 faça cair a taxa de desemprego, numa tendência que contraria a da Europa. O Banco de Portugal aponta para uma taxa de 6% para 2022. No que toca a previsões de médio termo, prevê-se que a taxa continue a cair, atingindo os 5,7% em 2023 e os 5,6% em 2024.

No meio da recuperação, um dos indicadores que levanta preocupação é a inflação. Projeta-se que esta aumente dos 0,9% registados em 2021 para 1,8% em 2022. Para este aumento contribuem principalmente o setor da energia e os combustíveis, cujos preços deverão continuar a disparar. Adicionalmente, registou-se uma redução da produção industrial fruto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento e do aumento dos custos de produção derivado dos aumentos dos setores anteriormente mencionados.

Embora esta redução não tenha feito subir os preços em 2021, espera-se que possa vir a ter mais impacto em 2022. Os constrangimentos nas cadeias de fornecimento não se têm feito sentir apenas no setor industrial, a diminuição generalizada da oferta em conjunto com o aumento esperado da procura é também razão para o esperado aumento da inflação. Por fim, o Banco de Portugal alerta para o impacto das pressões salariais. Tanto pelo aumento do salário mínimo já mencionado que fará aumentar o rendimento disponível das famílias, mas também pelas carências de mão-de-obra que se fazem sentir mesmo com o aumento do emprego e que deverão, igualmente, conduzir a um aumento dos salários em 2022. Pela positiva, o Banco Central Europeu veio dizer que o aumento da inflação que se faz sentir pela Europa, é temporário, e que 2023 já será um ano mais estável.



Uma das consequências mais relevantes da recuperação económica é o reduzir da dívida pública portuguesa. As previsões para 2022 apontam para uma dívida que corresponde a 122% do PIB no melhor dos casos, 128% no pior. Para 2023 é esperado que a tendência de redução se mantenha e o valor fique entre os 119% e os 125%, em 2024 entre os 116% e os 119% e em 2025 entre os 114% e os 117%.

10.3 Evolução Previsível da Sociedade

A Termalitur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. como Empresa responsável pela gestão e exploração dos balneários tem como missão satisfazer as necessidades dos termalistas, num quadro de prestação de serviços de excelência e da máxima qualidade, tendo como desafio permanecer na linha da frente.

Para 2021, o Estado através do Serviço Nacional de Saúde continuará a sua aposta nas comparticipações aos utentes que realizem tratamentos nos estabelecimentos termais e a Associação das Termas de Portugal irá lançar um plano para promoção das Termas. As Termas de S. Pedro do Sul definiram novos programas específicos adequados e direcionados para patologias com necessidade de tratamento termal, como a fibromialgia e artrite reumatoide, que serão apresentados no início de 2022, diretamente às respetivas associações de doentes no sentido de poderem ser divulgados/comercializados.

Em 2021 deu-se início a um elevado investimento no processo de rebranding da marca, tornando-a visualmente mais moderna e atrativa, acompanhada também por um novo site que irá impulsionar a presença digital e consequentemente a procura da mesma. Apesar de existirem já alguns produtos novos prontos para lançamento, serão introduzidos no mercado apenas em 2022 quando toda a estratégia de comunicação da marca AQVA e da marca Termas de S. Pedro do Sul ficar concluída.

O sector termal foi muito afetado pelas medidas de prevenção e combate à pandemia de COVID 19, e as Termas de S. Pedro do Sul não foram exceção,

Handwritten notes:
 ↓
 10
 12

encerraram 2021 com uma quebra de 43% no seu volume de negócios comparando com 2019 (ano pré-pandemia).

Depois de dois anos de pandemia, a 24 de fevereiro de 2022 surge a guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Este novo e grave problema poderá durar meses e trazer uma grande instabilidade económica com consequências imprevisíveis, afetando diretamente a empresa através do aumento dos preços dos combustíveis/gás e de outras matérias-primas ou materiais de construção. O desencadeamento da guerra é um evento não ajustável em 2021, uma vez que a invasão ocorreu em fevereiro de 2022.

No quadro abaixo mostramos uma estimativa dos impactos que se preveem que o surto de Covid-19 poderá vir a ter nos rendimentos das Termas de S. Pedro do Sul no 1º semestre de 2022:

| Designação | 2021 | 2022 | Diferença | % |
|--------------------|--------------|----------------|--------------|---------|
| Volume de negócios | 444 467,77 € | 1 079 564,40 € | 635 096,63 € | 142,89% |

Nota: Na estimativa do volume de negócios do 1º semestre de 2022 foi considerada uma quebra de 50% no 1º trimestre e uma quebra de 25% no segundo, comparando com valores de 2019 (pré pandemia).

As Termas de S. Pedro do Sul continuarão a acompanhar as orientações das Autoridades de Saúde nesta matéria, num ajustamento contínuo do Plano de Contingência tendo em vista a reposição do normal funcionamento da atividade.





11

OS OBJETIVOS E AS POLÍTICAS DA SOCIEDADE EM **MATÉRIA DE GESTÃO** **DOS RISCOS**

a) Risco de Crédito

i) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Empresa:

- 1 Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- 2 Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- 3 Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

b) Riscos de Mercado

i) *Risco de Taxa de Juro*

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. No entanto, o seu maior financiamento foi contratado a uma taxa de juro de 5,56% e atualmente estamos a pagar juros à taxa de 0,7240%. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.



c) Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:



1 Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;

3 Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

2 Diversificação de fontes de financiamento;

d) Risco Associado à Situação de Emergência nacional (COVID-19)

Ver o que foi referido na nota 10.3 acima.

12

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- o A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- o Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.

- o Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- o A Empresa não dispõe de sucursais.

Para além do referido nas notas 3.4 e 12.2 acima, os membros do Órgão de Gestão entendem que a continuidade da Empresa não está em causa, pois, já foram tomadas as medidas que estão dentro do nosso alcance, sendo que iremos continuar a acompanhar as orientações da Autoridade Nacional de Saúde com vista a ajustar o nosso Plano de Contingência e ainda às medidas de apoio que irão ser disponibilizadas pelo Governo, de forma a minimizar os impactos económicos que possam advir desta pandemia.

13 OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucedo que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar



fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e

quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto "IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais". Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalitur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalitur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

"julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, conseqüentemente,

a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;

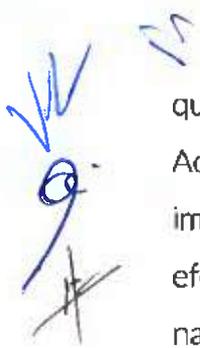
b. Absolve-se a Fazenda Pública do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de má-fé.

ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC [cfr. Artº 527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP];

iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Pública, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.

No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo,



que considera a possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.

14 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea c) do art. 9º dos Estatutos da Empresa e tendo-se apurado para o ano de 2021, um Resultado Líquido negativo no valor de 3.717,03 Euros, propõe-se que o resultado tenha a seguinte aplicação;



-3.717,03€

RESULTADOS TRANSITADOS

15 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

15.1 Autorização para a Emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de março de 2022. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

15.2 Atualização da Divulgação acerca das Condições à data do Balanço

Para além da situação referida no último parágrafo da nota 10 acima, entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, que necessitasse de ser ajustada das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Em relação às perspetivas futuras a Administração continua apreensiva quanto ao impacto negativo que poderá ocorrer na atividade de 2022, decorrente da propagação do surto do novo coronavírus (Covid19) e da Guerra na Ucrânia, em que os maiores constrangimentos poderão decorrer do abrandamento económico ao nível europeu e mundial. Devido a este cenário de incerteza, ainda não é possível quantificar possíveis consequências globais, mas a Entidade considera que tais impactos já não são materialmente relevantes para as demonstrações financeiras do ano de 2021, nem colocará em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses de 2022, contudo, fazemos uma análise mais detalhada dos impactos que poderemos vir a sentir na nota 10.3 deste relatório.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração gostaria de expressar o seu agradecimento a todos os que, de uma forma direta ou indireta, colaboram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

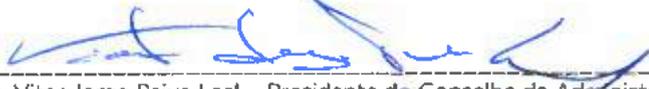
- o Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e sua equipa;
- o Ao Fiscal Único e à sua equipa;
- o Aos nossos aquistas, que continuam a revelar plena confiança nos serviços prestados;
- o Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Empresa.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Termalitur.

Apresentam-se, de seguida as demonstrações financeiras individuais relativas ao ano findo, em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo.

Termas de S. Pedro do Sul, 30 de março de 2022

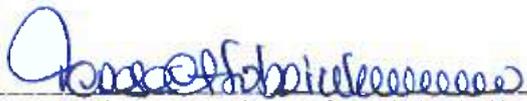
O Conselho de Administração



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal - Presidente do Conselho de Administração)



(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

17 ANEXO AO
RELATÓRIO

Publicidade de participações dos Membros de Órgão de Administração – Art.º
447º do Código das Sociedade Comerciais

1.1 - Ações Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade;

1.1.1 Os membros dos órgãos sociais não detinham nem transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade no ano de 2021.

1.2 Ações Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração;

1.2.1 Não existem ações detidas ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos de gestão sociais da sociedade exerçam funções de administração.

Termas de S. Pedro do Sul, 30 de março de 2022

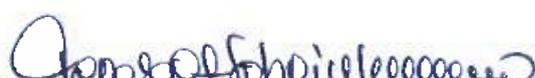
O Conselho de Administração



(Dr. Vítor Jorge Paiva Leal - Presidente do Conselho de Administração)

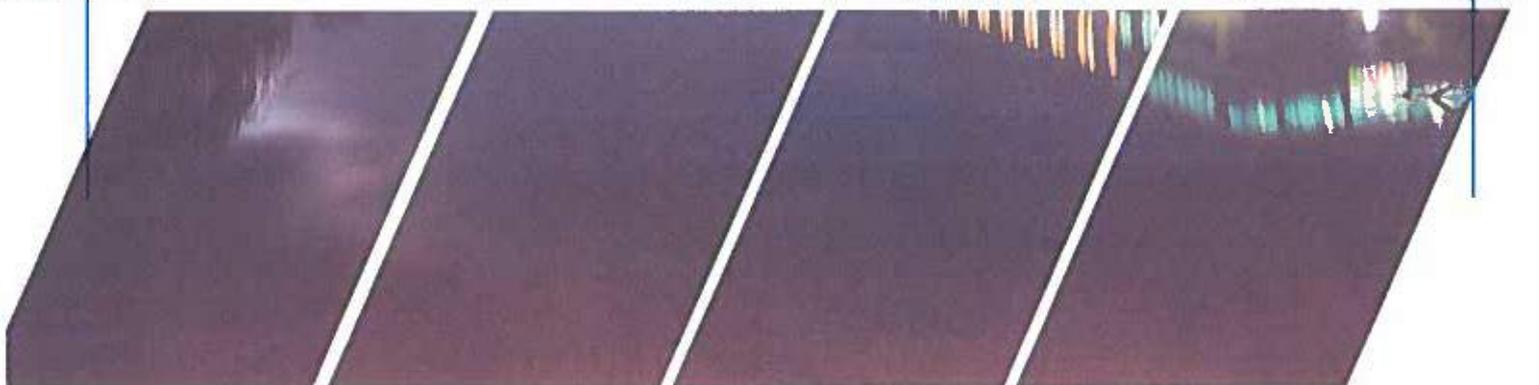
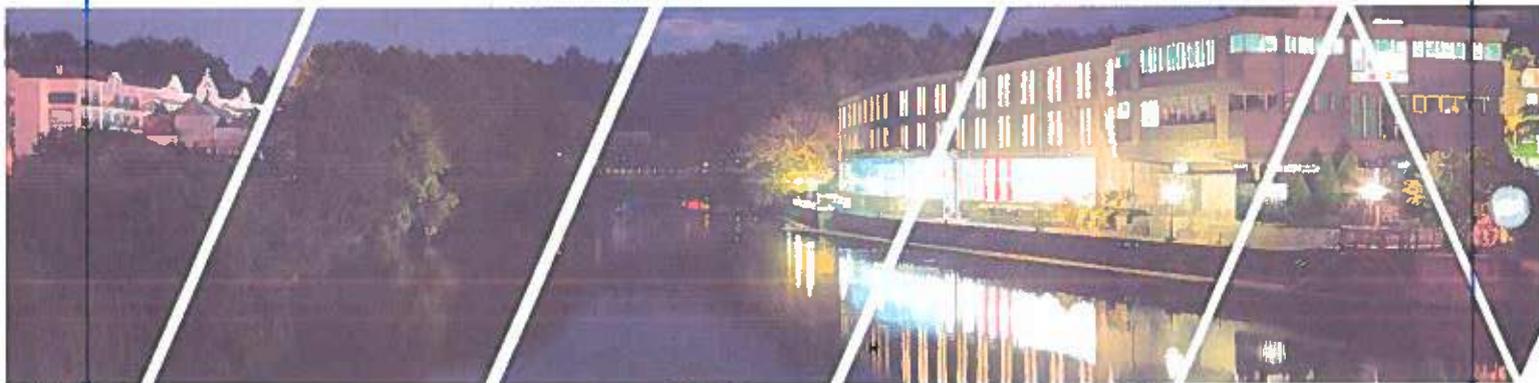


(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Termalitur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.

Demonstrações Financeiras

para o ano findo em 31 de dezembro de 2021



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Balanço em 31 de dezembro de 2021 | 4 |
| Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 | 7 |
| ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021..... | 8 |
| 1. Identificação da entidade | 8 |
| 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras..... | 8 |
| 2.1 Referencial contabilístico..... | 8 |
| 2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas | 9 |
| 2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior | 9 |
| 3. Principais políticas contabilísticas | 9 |
| 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras..... | 9 |
| a) Ativos intangíveis | 9 |
| 3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:..... | 21 |
| 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro | 21 |
| 3.4 Principais fontes de incerteza | 22 |
| 4. Fluxos de caixa..... | 23 |
| 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:..... | 23 |
| 5. Ativos Intangíveis..... | 23 |
| 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis..... | 23 |
| 6. Ativos fixos tangíveis | 24 |
| 6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:..... | 24 |
| 6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano; | 27 |
| 7. Locações | 27 |
| 7.1. Locações financeiras - locatários:..... | 27 |
| 8. Outros investimentos financeiros | 28 |
| 9. Inventários | 28 |
| 9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas | 28 |
| 10. Réditos | 29 |
| 10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:..... | 29 |
| 10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado: | 29 |

| | | |
|-------|--|----|
| 11. | Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo | 30 |
| 11.1. | Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo | 30 |
| 12. | Acontecimentos após a data do balanço | 31 |
| 12.1. | Autorização para a emissão | 31 |
| 12.2. | Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço | 31 |
| 13. | Impostos sobre o rendimento | 31 |
| 13.1. | Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos | 31 |
| 13.2. | Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico. | 31 |
| 13.3. | Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior | 32 |
| 14. | Instrumentos financeiros | 32 |
| 14.1. | Ativos e passivos financeiros | 32 |
| 14.2. | Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros | 38 |
| 14.3. | Montante de capital social | 39 |
| 14.4. | Ações representativas do capital social | 39 |
| 14.5. | Variação do número de ações em circulação durante o período | 39 |
| 14.6. | Reserva Legal | 39 |
| 14.7. | Outras Reservas | 39 |
| 14.8. | Resultados transitados | 39 |
| 14.9. | Outras variações do capital próprio | 39 |
| 15. | Benefícios dos empregados | 40 |
| 16. | Divulgações exigidas por diplomas legais | 41 |
| 17. | Outras informações | 42 |
| 17.1. | Estado e outros entes públicos | 42 |
| 17.2. | Fornecimentos e serviços externos | 43 |
| 17.3. | Outros rendimentos | 44 |
| 17.4. | Outros gastos | 45 |
| 17.5. | Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes | 45 |

Balanço em 31 de dezembro de 2021

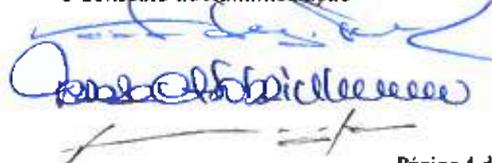
Valores em cêntimos de Euros

| RUBRICAS | Notas | 31.dez.21 | 31.dez.20 |
|--|------------|----------------------|----------------------|
| ATIVO | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 6 | 12 733 829,00 | 12 707 895,05 |
| Ativos intangíveis | 5 | 16 335,94 | 20 175,36 |
| Outros investimentos financeiros | 8 | 15 410,17 | 11 426,55 |
| | | 12 765 575,11 | 12 739 496,96 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 9 | 210 294,34 | 240 382,77 |
| Clientes | 14.1.1.1. | 56 731,75 | 44 202,36 |
| Estado e outros entes públicos | 17 | 3 576,74 | 9 500,76 |
| Outros créditos a receber | 14.1.1.2 | 1 569 906,21 | 1 481 356,56 |
| Diferimentos | 14.1.1.3 | 5 271,28 | 7 231,47 |
| Caixa e depósitos bancários | 4.1 | 31 403,69 | 7 562,40 |
| | | 1 877 184,01 | 1 790 236,32 |
| Total do Ativo | | 14 642 759,12 | 14 529 733,28 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| Capital próprio | | | |
| Capital subscrito | 14.3 | 4 559 379,00 | 4 559 379,00 |
| Reservas legais | 14.6 | 28 602,45 | 28 602,45 |
| Outras reservas | 14.7 | 4 248,48 | 4 248,48 |
| Resultados transitados | 14.8 | -1 460 814,03 | -1 459 112,71 |
| Outras variações no capital próprio | 14.9 | 961 478,66 | 101 988,11 |
| Resultado líquido do período | DR | -3 717,03 | -1 701,32 |
| Total do Capital Próprio | | 4 089 177,53 | 3 233 404,01 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Financiamentos obtidos | 7/14.1.2.1 | 8 643 740,65 | 9 080 419,77 |
| Outras dívidas a pagar | 14.1.2.4 | 279 139,19 | 29 609,77 |
| | | 8 922 879,84 | 9 110 029,54 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 14.1.2.2 | 58 463,54 | 1 320 268,26 |
| Estado e outros entes públicos | 17 | 113 272,80 | 30 204,49 |
| Financiamentos obtidos | 14.1.2.1 | 1 013 639,11 | 344 229,75 |
| Outras dívidas a pagar | 14.1.2.3 | 351 722,07 | 456 097,23 |
| Diferimentos | 14.1.2.5 | 93 604,23 | 35 500,00 |
| | | 1 630 701,75 | 2 186 299,73 |
| Total do Passivo | | 10 553 581,59 | 11 296 329,27 |
| Total do capital Próprio e do Passivo | | 14 642 759,12 | 14 529 733,28 |

A Contabilista Certificada



O Conselho de Administração

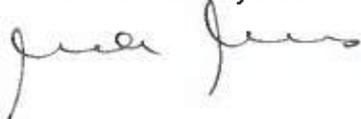


Demonstração dos Resultados por naturezas do ano findo em 31 de dezembro de 2021

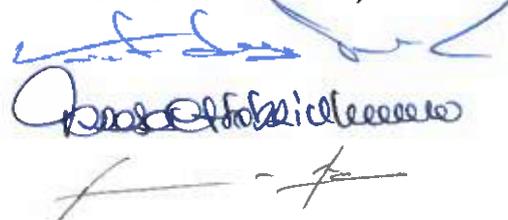
Valores em cêntimos de euro

| Rúbricas dos rendimentos e gastos | Nota | 31.dez.21 | 31.dez.20 |
|--|------|-------------------|-------------------|
| Vendas e Prestações de Serviços: | 10.1 | 2 571 696,66 | 1 307 226,00 |
| Subsídios à exploração | 11.1 | 458 320,01 | 234 997,41 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 9 | -120 133,33 | -31 685,50 |
| Fornecimentos e serviços externos | 17.2 | - 991 411,96 | -730 700,55 |
| Gastos com o pessoal | 15 | -1 969 044,90 | -1 550 719,06 |
| Outros rendimentos | 17.3 | 768 711,89 | 1 495 727,63 |
| Outros gastos | 17.4 | -56 254,91 | -69 116,11 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 661 883,46 | 655 729,82 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 5/6 | -507 915,34 | -507 549,21 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | 153 968,12 | 148 180,61 |
| Juros e gastos similares suportados | 14.2 | -153 968,12 | -148 180,61 |
| Resultado antes de impostos | | 0,00 | 0,00 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 13 | -3 717,03 | -1 701,32 |
| Resultado líquido do período | | -3 717,03 | -1 701,32 |

A Contabilista Certificada



O Conselho de Administração



Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021

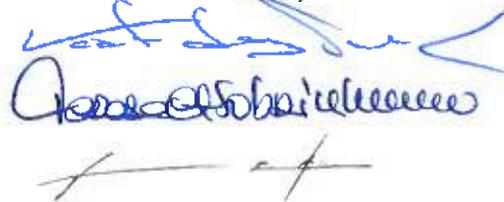
Valores em cêntimos de euro

| Rubricas | Períodos | |
|--|----------------------|----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Recebimentos de clientes | 2 710 592,76 | 1 513 692,10 |
| Pagamentos a fornecedores | -955 600,46 | -794 786,90 |
| Pagamentos ao pessoal | -1 888 973,85 | -1 506 748,35 |
| Caixa gerada pelas operações | -133 981,55 | -787 843,15 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | -3 182,19 | 6 178,06 |
| Outros recebimentos/pagamentos | 317 033,39 | 83 660,80 |
| Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1) | 179 869,65 | -698 004,29 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Ativos fixos tangíveis | -420 396,08 | 283 022,14 |
| Ativos intangíveis | -2 977,21 | |
| Investimentos financeiros | -6 257,78 | -4 278,56 |
| Outros ativos | | |
| | -429 631,07 | -287 300,70 |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 310 000,00 |
| Investimentos financeiros | 2 274,16 | 4 495,69 |
| Subsídios ao investimento | 193 351,41 | 327 057,13 |
| | 195 625,57 | 641 552,82 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2) | -234 005,50 | 354 252,12 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Financiamentos obtidos | 2 515 763,79 | 2 441 493,98 |
| | 2 515 763,79 | 2 441 493,98 |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Financiamentos obtidos | -2 283 033,55 | -1 956 572,39 |
| Juros e gastos similares | -154 753,10 | -148 405,68 |
| | -2 437 786,65 | -2 104 978,07 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3) | 77 977,14 | 336 515,91 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | 23 841,29 | -7 236,26 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 7 562,40 | 14 798,66 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 31 403,69 | 7 562,40 |

A Contabilista Certificada



O Conselho de Administração



Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em cêntimos de euro

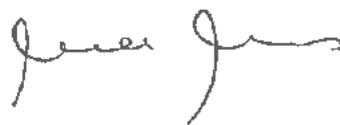
Demonstração das alterações no Capital Próprio - Ano 2021

| | | Capital Subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio Subsídios | Outras variações no capital próprio PID | Resultado líquido do período | Total do capital próprio |
|-------------------------------------|---------------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------------|---|---|------------------------------|--------------------------|
| Posição no início do Período | 1 | 4 559 379,00 | 28 602,45 | 4 248,48 | -1 459 112,71 | 131 597,88 | -29 609,77 | -1 701,32 | 3 233 404,01 |
| Alterações no período: | | | | | | | | | |
| Imputação de subsídios | | | | | | -13 687,92 | 3 079,86 | | -10 608,06 |
| Reconhecimento de Subsídios | | | | | | 1 122 707,89 | -252 609,28 | | 870 098,61 |
| Aplicação de resultados | | | | | -1 701,32 | | | 1 701,32 | |
| | 2 | | | | -1 701,32 | 1 109 019,97 | -249 529,42 | 1 701,32 | 859 490,55 |
| Resultado Líquido do Período | 3 | | | | | | | -3 717,03 | -3 717,03 |
| Resultado Integral | | | | | | | | | 855 773,52 |
| Posição no fim do ano 2021 | 4 = 1 + 2 + 3 | 4 559 379,00 | 28 602,45 | 4 248,48 | -1 460 814,03 | 1 240 617,85 | -279 139,19 | -3 717,03 | 4 089 177,53 |

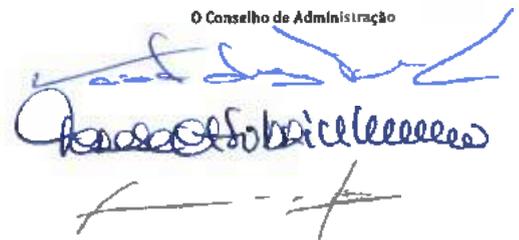
Demonstração das alterações no Capital Próprio - Ano 2020

| | | Capital Subscrito | Reservas legais | Outras reservas | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio Subsídios | Outras variações no capital próprio PID | Resultado líquido do período | Total do capital próprio |
|-------------------------------------|---------------|-------------------|-----------------|-----------------|------------------------|---|---|------------------------------|--------------------------|
| Posição no início do Período | 1 | 4.559.379,00 | 25.664,45 | 4.248,48 | -1.514.930,17 | 145.611,31 | -32.762,79 | 58.755,46 | 3.245.965,74 |
| Alterações no período: | | | | | | | | | |
| Imputação de subsídios | | | | | | -14.013,43 | | | -14.013,43 |
| Ajustamento por impostos diferidos | | | | | | | 3.153,02 | | 3.153,02 |
| Aplicação de resultados | | | 2.938,00 | | 55.817,46 | | | -58.755,46 | |
| | 2 | | 2.938,00 | | 55.817,46 | -14.013,43 | 3.153,02 | -58.755,46 | -10.860,41 |
| Resultado Líquido do Período | 3 | | | | | | | -1.701,32 | -1.701,32 |
| Resultado Integral | | | | | | | | | -12.561,73 |
| Posição no fim do ano 2020 | 4 = 1 + 2 + 3 | 4.559.379,00 | 28.602,45 | 4.248,48 | -1.459.112,71 | 131.597,88 | -29.609,77 | -1.701,32 | 3.233.404,01 |

A Contabilista Certificada



O Conselho de Administração



ANEXO

1. Identificação da entidade

A Termalístur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. (doravante designada por Termalístur ou Empresa), é uma sociedade Anónima, com sede na Praça Dr. António José de Almeida, Várzea S. Pedro do Sul, constituída em 8 de janeiro de 2004, como Empresa Municipal, foi transformada em S.A. durante o ano de 2013, e tem como atividade principal a gestão e exploração de equipamentos termais. A Empresa é detida a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

(ver nota 3.4)

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente projetos de desenvolvimento e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 10 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.



A Empresa efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indefinida, testes de imparidade sempre que existam indícios de forma a comparar a sua quantia recuperável com a quantia escriturada. A Empresa revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam numa avaliação de vida útil indefinida para esse ativo se mantêm. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

| | Anos de vida útil |
|--------------------------------|-------------------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 50 |
| Equipamento básico | 8 - 50 |
| Equipamento administrativo | 3 - 8 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 - 10 |

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

A Empresa revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

d) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é o custo médio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

e) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Financiamentos e gastos com financiamentos

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "ativos que se qualificam":

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis;
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

iii. Dívidas a terceiros

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

iv. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o *rédito* associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o *rédito* só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer *rédito* a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do *rédito* é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

h) Subsídios do Governo

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente" e um débito na rubrica "Outras variações em capitais próprios". Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente"

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

i) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos nos períodos de 2010 e 2011, de cinco anos para os períodos de 2012 e 2013, e doze anos para os períodos posteriores, sendo possível a sua dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

j) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2021 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2022, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2021.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Previsão para férias e subsídio de férias;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Devido ao estado de emergência decretado a nível nacional, em 2021, a Termalitur suspendeu a sua atividade por 3,5 meses. As Termas tiveram autorização para reabrir a 1 de maio de 2021. Desde essa data estiveram a laborar e a tentar ultrapassar e recuperar dos efeitos nefastos desta pandemia.

O sector termal foi muito afetado pelas medidas de prevenção e combate à pandemia de COVID 19, e as Termas de S. Pedro do Sul não foram exceção, encerraram 2021 com uma quebra de 43% no seu volume de negócios comparando com 2019 (ano pré-pandemia).

Depois de dois anos de pandemia, a 24 de fevereiro de 2022 surge a guerra entre a Ucrânia e a Rússia. Este novo e grave problema poderá durar meses e trazer uma grande instabilidade económica com consequências imprevisíveis, afetando diretamente a empresa através do aumento dos preços dos combustíveis/gás e de outras matérias-primas ou materiais de construção. O desencadeamento da guerra é um evento não ajustável em 2021, uma vez que a invasão ocorreu em fevereiro de 2022.

No quadro abaixo mostramos uma estimativa dos impactos que se preveem que o surto de Covid-19 poderá vir a ter nos rendimentos das Termas de S. Pedro do Sul no 1º semestre de 2022:

| Designação | 2021 | 2022 | Diferença | % |
|--------------------|--------------|----------------|--------------|---------|
| Volume de negócios | 444 467,77 € | 1 079 564,40 € | 635 096,63 € | 142,89% |

Nota: Na estimativa do volume de negócios do 1º semestre de 2022 foi considerada uma quebra de 50% no 1º trimestre e uma quebra de 25% no segundo, comparando com valores de 2019 (pré pandemia).

As Termas de S. Pedro do Sul continuarão a acompanhar as orientações das Autoridades de Saúde nesta matéria, num ajustamento contínuo do Plano de Contingência tendo em vista a reposição do normal funcionamento da atividade.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

| | 2021 | 2020 |
|-------------------|------------------|-----------------|
| Caixa | | |
| Depósitos à ordem | 31 403,69 | 7 562,40 |
| | 31 403,69 | 7 562,40 |

5. Ativos Intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

| Ativos Intangíveis-Outros | Vida útil | Taxa de Amortização |
|------------------------------|-----------|---------------------|
| Projectos de desenvolvimento | 3 | 33,33% |
| Propriedade industrial | 3 | 33,33% |
| Programas de Computador | 3 | 33,33% |

b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha reta durante um período que varia entre 3 e 5 anos.

c) Os ativos intangíveis e o valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados apresentam a seguinte decomposição por classe:

| | 31 de dezembro de 2021 | | | 31 de dezembro de 2020 | | |
|----------------------------------|---------------------------|--------------------------|------------------|---------------------------|--------------------------|------------------|
| | Quantia escriturada bruta | Amort. Acum. Perdas imp. | Valor Líquido | Quantia escriturada bruta | Amort. Acum. Perdas imp. | Valor Líquido |
| Ativos intangíveis-Outros | | | | | | |
| Projectos de desenvolvimento (I) | 80 044,00 | 70 493,90 | 9 550,10 | 761 638,21 | 753 174,74 | 8 463,47 |
| Software | 47 433,02 | 40 647,18 | 6 785,84 | 47 433,02 | 35 721,13 | 11 711,89 |
| Propriedade industrial | 627,30 | 627,30 | | 627,30 | 627,30 | |
| Totais | 128 104,32 | 111 768,38 | 16 335,94 | 809 698,53 | 789 523,17 | 20 175,36 |

d) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis do período de 2021 e 2020 são os que se seguem:

| 31 de dezembro de 2021 | | | | |
|----------------------------------|-------------------------|-------------------------|------------------------|--------------------|
| | Projectos de desenvolv. | Programas de computador | Propriedade industrial | Total |
| Quantia escriturada bruta | | | | |
| Saldo em 01.01.2021 | 761 638,21 | 47 433,02 | 627,30 | 809 698,53 |
| Adições | 4 034,77 | | | 4 034,77 |
| Abates | -685 628,98 | | | -685 628,98 |
| Saldo em 31.12.2021 | 80 044,00 | 47 433,02 | 627,30 | 128 104,32 |
| Amortizações acumuladas | | | | |
| Saldo em 01.01.2021 | -753 174,74 | -35 721,13 | -627,30 | -789 523,17 |
| Adições | -2 948,14 | -4 926,05 | | -7 874,19 |
| Retiradas | 685 628,98 | | | 685 628,98 |
| Saldo em 31.12.2021 | -70 493,90 | -40 647,18 | -627,30 | -111 768,38 |
| Quantia escriturada | 9 550,10 | 6 785,84 | | 16 335,94 |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | |
| | Projectos de desenvolv. | Programas de computador | Propriedade industrial | Total |
| Quantia escriturada bruta | | | | |
| Saldo em 01.01.2020 | 757.455,66 | 47.433,02 | 627,30 | 805.515,98 |
| Adições | 4.182,55 | | | 4.182,55 |
| Saldo em 31.12.2020 | 761.638,21 | 47.433,02 | 627,30 | 809.698,53 |
| Amortizações acumuladas | | | | |
| Saldo em 01.01.2020 | -750.817,36 | -30.795,08 | -627,30 | -782.239,74 |
| Adições | -2.357,38 | -4.926,05 | | -7.283,43 |
| Saldo em 31.12.2020 | -753.174,74 | -35.721,13 | -627,30 | -789.523,17 |
| Quantia escriturada | 8.463,47 | 11.711,89 | | 20.175,36 |

Relativamente à rubrica "Projetos de desenvolvimento":

- o aumento refere-se à realização de testes a novos produtos Dermocosméticos AQVA;
- o abate refere-se à anulação dos projetos de investimento totalmente amortizados.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta e por duodécimos. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) *Vidas úteis e taxas de depreciação usados:*

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

| Ativos tangíveis | Vida útil | Taxa de depreciação |
|--------------------------------|-----------|---------------------|
| Edifícios e outras construções | 10 - 50 | 2% - 10% |
| Equipamento básico | 8 - 50 | 2% - 12,5% |
| Equipamento administrativo | 3 - 8 | 12,5% - 33.3% |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 - 10 | 25% - 100% |

d) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:*

| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | | |
|----------------------------------|--------------------------|------------------------------|----------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------------|----------------------|
| | Terrenos e Rec. Naturais | Edifícios outras construções | Equipamento básico | Equipamento Administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Investimentos em curso | Total |
| Quantia escriturada bruta | | | | | | | |
| Saldo em 01.01.2021 | 3 959 860,57 | 11 831 015,96 | 3 339 685,22 | 198 571,97 | 346 993,95 | 53 929,34 | 19 730 057,01 |
| Adições | | 81 195,01 | 1 710,83 | 3 888,29 | 13 718,66 | 425 462,31 | 525 975,10 |
| Saldo em 31.12.2021 | 3 959 860,57 | 11 912 210,97 | 3 341 396,05 | 202 460,26 | 360 712,61 | 479 391,65 | 20 256 032,11 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | |
| Saldo em 01.01.2021 | | -3 734 058,91 | -2 796 351,02 | -175 979,40 | -315 772,63 | | -7 022 161,96 |
| Adições | | -295 208,40 | -188 967,97 | -7 622,28 | -8 242,50 | | -500 041,15 |
| Saldo em 31.12.2021 | | -4 029 267,31 | -2 985 318,99 | -183 601,68 | -324 015,13 | | -7 522 203,11 |
| Quantia escriturada | 3 959 860,57 | 7 882 943,66 | 356 077,06 | 18 858,58 | 36 697,48 | 479 391,65 | 12 733 829,00 |
| 31 de dezembro de 2020 | | | | | | | |
| | Terrenos e Rec. Naturais | Edifícios outras construções | Equipamento básico | Equipamento Administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Investimentos em curso | Total |
| Quantia escriturada bruta | | | | | | | |
| Saldo em 01.01.2020 | 3 959 860,57 | 11 951 643,71 | 3 806 133,17 | 199 592,84 | 346 993,95 | 53 929,34 | 20 318 153,58 |
| Adições | | 215 032,78 | 61 638,62 | | | | 276 671,40 |
| Transferências | | -335 660,53 | -528 086,57 | -1 020,87 | | | -864 767,97 |
| Saldo em 31.12.2020 | 3 959 860,57 | 11 831 015,96 | 3 339 685,22 | 198 571,97 | 346 993,95 | 53 929,34 | 19 730 057,01 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | |
| Saldo em 01.01.2020 | | -3 545 216,11 | -3 054 465,94 | -169 365,08 | -307 617,02 | | -7 076 664,15 |
| Adições | | -289 540,96 | -194 934,02 | -7 635,19 | -8 155,61 | | -500 265,78 |
| Saldo em 31.12.2020 | | -3 734 058,91 | -2 796 351,02 | -175 979,40 | -315 772,63 | | -7 022 161,96 |
| Quantia escriturada | 3 959 860,57 | 8 096 957,05 | 543 334,20 | 22 592,57 | 31 221,32 | 53 929,34 | 12 707 895,05 |

As adições ao ativo fixo tangível em 2021 foram as seguintes:

- Na rubrica "edifícios e outras construções": foram efetuadas obras no Balneário D. Afonso Henriques, referentes à alteração/modernização dos serviços de fisioterapia, no valor de 75.605,07 Euros, alteração das salas de duche de vichy no valor de 2.488,98€ e reparação do elevador do Balneário D. Afonso Henriques no valor de 3.100,96€;

- Na rubrica "equipamento básico" foi adquirida uma estação de soldadura por 1.710,83 Euros;
- Na rubrica "equipamento administrativo" foi adquirido um computador por 1.107,54 Euros e mobiliário para a fisioterapia no valor de 2.780,75 Euros;
- Na rubrica "outros ativos fixos tangíveis" foram efetuadas várias aquisições, nomeadamente uma máquina de limpeza de passeios no valor de 1.694,38 Euros, uma varredora no valor de 1.595,81€, uma calandra elétrica no valor de 3.667,97€, uma bomba submersível no valor de 2.354,17€ e o photopoint colocado na praça cujo custo ascendeu a 4.406,33€;
- Na rubrica "obras em curso" foram registadas as obras referentes ao projeto financiado pelo Fundo de Apoio à Inovação "Promoção da utilização da Energia geotérmica das Termas de S. Pedro do Sul" no valor de 407.598,81 Euros e o projeto de arquitetura do Museu Rainha D. Amélia no valor de 17.863,50 Euros.

A rubrica "Ativos fixos tangíveis" é composta, em cerca de 80%, por terrenos e imóveis. O Balneário D. Afonso Henriques foi adquirido ao Município de S. Pedro do Sul, pelo montante de 13.475.087 Euros, em março de 2008. Este imóvel encontra-se hipotecado pelo montante de 13.750.000 Euros a favor da Caixa Geral de Depósitos, instituição que financiou a sua aquisição global com as seguintes condições:

- Prazo: 20 anos (com 1 ano de carência de capital);
- Taxa de Juro: Euribor a 6 mês + *spread* de 1,2%.

O valor de aquisição do "Silo Auto" resulta de um aumento de capital social por entrada em espécie, ocorrido em março de 2008. Existe uma hipoteca sobre este imóvel a favor da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL como garantia do empréstimo de uma conta corrente caucionada, contraída no montante de 700.000 Euros.

De referir que, conforme divulgado na nota 17.5, existe um penhor a favor da AT onde a Termalstur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

O valor de aquisição do complexo "Gerós" resulta de um contrato de locação financeira celebrado com o Santander em novembro de 2006, com as seguintes condições de financiamento:

- Valor total do financiamento: 400.000 Euros +26.000 Euros (IMT)
- Nº de rendas mensais: 180;

- Valor residual: 20% do montante contratado;
- Taxa de Juro: Euribor a 3 meses + spread de 0,145%

A rubrica de "Equipamento básico" inclui bens de funcionamento da estrutura balnear, nomeadamente: postos de hidromassagem, postos de massagem subaquática, banheiras de hidromassagem, estufas de vapor à coluna, tribunas de duche de jato, duchas de efusão, emanatórios coletivos, postos de aerossol sónico, postos de nebulização, postos de irrigação nasal, postos de pulverização, entre outros.

6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um gasto de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano

| Descrição | Depreciações do ano | | Depreciações acumuladas | |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Edifícios e outras construções | 295 208,40 | 289 540,96 | 4 029 267,31 | 3 734 058,91 |
| Equipamento básico | 188 967,97 | 194 934,02 | 2 985 318,99 | 2 796 351,02 |
| Equipamento administrativo | 7 622,28 | 7 635,19 | 183 601,68 | 175 979,40 |
| Outros activos fixos tangíveis | 8 242,50 | 8 155,61 | 324 015,13 | 315 772,63 |
| Totais | 500 041,15 | 500 265,78 | 7 522 203,11 | 7 022 161,96 |

7. Locações

7.1. Locações financeiras - locatários:

a) *Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo:*

| Bens adquiridos com recurso a locação financeira | 2021 | | | |
|--|-------------------|-------------------------|-------------------|------------------|
| | Valor contrato | Amortizações acumuladas | valor em dívida | Valor residual |
| Contrato 1003402 | 426 000,00 | 106 500,00 | 118 181,72 | 85 200,00 |
| | 426 000,00 | 106 500,00 | 118 181,72 | 85 200,00 |

Este contrato de Leasing financia a aquisição do prédio Urbano-Termas-Lote 1. O imóvel possui 1 piscina, 3 campos de ténis, um quiosque e campos de futebol, teve início em 10-11-2006 e o seu término será no ano de 2024.

b) *Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:*

Conforme descrito na nota 14.1.2., o passivo corrente relativo a este contrato representa 14.658,48 Euros e passivo não corrente a quantia de 103.523,24 Euros.

| Plano de reembolso | 2021 | | |
|--------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | Capital | Juros | Total |
| 1 a 2 anos | 6 107,70 | 1 477,27 | 7 584,97 |
| 2 a 3 anos | 24 430,80 | 1 400,93 | 25 831,73 |
| 3 a 4 anos | 87 643,22 | 1 095,54 | 88 738,76 |
| | 118 181,72 | 3 973,74 | 122 155,46 |

8. Outros investimentos financeiros

O valor contabilizado na rubrica "Outros ativos financeiros" é relativo a entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho. No ano de 2021, foram reconhecidos em termos líquidos nesta rubrica o montante de 3.983,62 Euros.

9. Inventários

9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

| | 31-dez-21 | 31-dez-20 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Mercadorias | 153 028,66 | 171 239,26 |
| Mat.primas sub. e de consumo | 57 265,68 | 69 143,51 |
| | 210 294,34 | 240 382,77 |

| | 2021 | | 2020 | |
|--|------------------|------------------------------|------------------|------------------------------|
| | Mercadorias | Mat.primas subs e de consumo | Mercadorias | Mat.primas subs e de consumo |
| Inventário inicial | 171 239,26 | 69 143,51 | 179 164,07 | 71 616,64 |
| Compras | 28 074,39 | 65 578,85 | 28 034,26 | 47 036,40 |
| Regularização Inventários | -4 476,36 | 868,02 | -4 273,57 | -3 756,92 |
| Inventário final | 153 028,66 | 57 265,68 | 171 239,26 | 69 143,51 |
| Custo Exist. vendidas e Consumidas (1) | 41 808,63 | 78 324,70 | 31 685,50 | 45 752,61 |

A rubrica "inventários de mercadorias" compreende artigos de merchandising, aparelhos para tratamentos e produtos de dermocosmética.

A rubrica "inventários de materiais diversos" compreende material para tratamentos, material de limpeza, fardamento e turcos.

Esta rubrica apresenta uma ligeira redução, face ao valor verificado em 31 de dezembro de 2020.

| | 2021 | 2020 |
|-------------------|-----------|-----------|
| Vendas | 96 013,35 | 76 603,63 |
| % custo da venda | 43,54% | 41,36% |
| % Margem s/ venda | 56,46% | 58,64% |

Como se verifica, a margem s/venda diminuiu cerca de 2,1 p.p., em relação ao ano de 2020.

10. Réditos

10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

| | 2021 | 2020 | Variação |
|------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Mercadorias | | | |
| Aparelhos | 19 405,31 | 11 655,46 | 7 749,85 |
| Merchandising | 9 421,87 | 5 940,56 | 3 481,31 |
| Dermocosmética | 67 186,17 | 59 007,61 | 8 178,56 |
| | 96 013,35 | 76 603,63 | 19 409,72 |
| Prestação de serviços | | | |
| Balneoterapia | 1 745 718,44 | 842 728,82 | 902 989,62 |
| Fisioterapia | 223 218,20 | 124 394,28 | 98 823,92 |
| Bem-estar | 235 578,53 | 118 496,70 | 117 081,83 |
| Consultas | 270 170,61 | 144 422,06 | 125 748,55 |
| Diversos | 997,53 | 580,51 | 417,02 |
| Volume de negócios | 2 475 683,31 | 1 230 622,37 | 1 245 060,94 |
| rédito | 2 571 696,66 | 1 307 226,00 | 1 264 470,66 |

10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado:

Todas as transações foram efetuadas no mercado interno.

Comparativamente com o período de 2020, o rédito da Empresa em 31 de dezembro de 2021, aumentou 1.264.470,66 Euros, que se traduz num aumento de 96,73% em relação ao período anterior. A atividade da entidade, em 2021 e ainda em plena pandemia, cresceu face ao período homólogo, contudo, ainda muito aquém dos valores pré pandemia, apresentando uma redução de 43,44%, que se traduz numa diminuição de 1.975.344,53€.

De salientar que em 2021, a atividade termal esteve encerrada de 17 de janeiro a 30 de abril em consequência do estado de emergência decretado devido à pandemia de COVID 19.

11. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

11.1. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Subsídios reconhecidos em "Outros rendimentos"

| Descrição | 2021 | 2020 |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| | Capitais próprios | Capitais próprios |
| ADDLAP | 60,90 | 60,90 |
| Termalismo + Inclusivo | 5 887,20 | 5 887,21 |
| NESTPOLIS | 7 739,82 | 8 065,32 |
| Total | 13 687,92 | 14 013,43 |

Subsídios reconhecidos em "Subsídios à exploração"

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| | Demonstração de resultados | Demonstração de resultados |
| IEFP - Subsídios estágios e estímulos à criação de emprego | 21 030,16 | 20 684,07 |
| ARPT | 2 522,88 | 2 765,23 |
| Apoio Lay-off | 108 728,50 | 198 155,60 |
| Apoio Enc. Escolas | 465,11 | 942,51 |
| POCI | 10 400,00 | 12 450,00 |
| Apoiar | 265 125,00 | |
| Outros | 50 048,36 | |
| Total | 458 320,01 | 234 997,41 |

No ano 2021, a Entidade entrou em lay-off no dia 17 de janeiro de 2021, no âmbito do estado de emergência decretado com vista ao combate da pandemia de COVID-19, tendo obtido, aproximadamente, 108.728 Euros de apoios da Segurança Social (reconhecidos na rubrica "Subsídios à exploração").

No ano de 2021, a Entidade recebeu 265.125 Euros do programa "Apoiar" (Sistema de incentivos à liquidez). Tratou-se de um instrumento de apoio à tesouraria criado para mitigar os impactos negativos causados pela pandemia sobre a faturação das empresas, apoiando a fundo perdido os seus custos de funcionamento.

Na rubrica "outros subsídios à exploração" estão incluídos:

- O apoio atribuído pelo Instituto de Turismo de Portugal para realização do evento "Assembleia geral da EHTTA 2021" no valor de 6.500 Euros;

- O apoio atribuído pela IAPMEI em virtude da atualização da retribuição mínima mensal garantida, no valor de 3.887 Euros;
- O subsídio do Fundo de Apoio à Inovação no valor de 4.537,89€;
- O subsídio do Projecto Aqvatopic no valor de 35.123,47€.

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1. Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de março de 2022. No entanto, o acionista poderá em Assembleia-Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, que necessitasse de ser ajustada das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Em relação às perspetivas futuras a Administração continua apreensiva quanto ao impacto negativo que poderá ocorrer na atividade de 2022, decorrente da propagação do surto do novo coronavírus (Covid19) e da Guerra na Ucrânia, em que os maiores constrangimentos poderão decorrer do abrandamento económico ao nível europeu e mundial. Devido a este cenário de incerteza, ainda não é possível quantificar possíveis consequências globais, mas a Entidade considera que tais impactos já não são materialmente relevantes para as demonstrações financeiras do ano de 2021, nem colocará em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses de 2022, contudo, na nota 3.4 a Administração divulga a quebra na atividade previsível para o primeiro semestre do ano 2022.

13. Impostos sobre o rendimento

13.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

| Gastos/rendimentos | 2021 | 2020 |
|--------------------|----------|----------|
| Impostos correntes | 3 717,03 | 1 701,32 |

13.2. Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.



| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|----------|------------|
| 1 - Resultado contabilístico do período (antes de impostos) | 0,00 | 0,00 |
| Acréscimos à matéria colectável | 3 784,13 | 15 219,87 |
| Abates à matéria colectável | 0,00 | -30 727,57 |
| Base de cálculo do IRC | 3 784,13 | -15 507,70 |
| 2 - Imposto corrente (Tx. Reduzida) | 0,00 | 0,00 |
| 3 - Imposto corrente (Tx. Normal) | 158,93 | 0,00 |
| 5 - Derrama | 56,76 | 0,00 |
| 6 - Tributações autónomas | 3 501,34 | 1 701,32 |
| 7 - IRC de períodos anteriores e juros compensatórios | 0,00 | 0,00 |
| 8 - Total do Imposto do Período | 3 717,03 | 1 701,32 |
| 9 - Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento $[9 = (8) / 1 \times 100]$ | | |

13.3. Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Em 2021, o imposto sobre o rendimento é de 3.717,03 Euros, para um resultado antes de imposto nulo.

14. Instrumentos financeiros

14.1. Ativos e passivos financeiros

14.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor nominal (custo amortizado semelhante ao valor nominal)

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Cientes | 56 731,75 | 44 202,36 |
| Outras créditos a receber | 1 569 906,21 | 1 481 356,56 |
| Diferimentos | 5 271,28 | 7 231,47 |
| Totais | 1 631 909,24 | 1 532 790,39 |

14.1.1.1. Clientes

A rubrica clientes corresponde a dívidas a receber de clientes do mercado nacional.

14.1.1.2 Outros créditos a receber

| Descrição | 2021 | 2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| Compensação financeira para equilíbrio de resultados | 680 857,94 | 1 381 732,78 |
| Fundo de Apoio à Inovação | 670 409,78 | |
| POCI (Prog. Operacional Compet. e Intern.)-Aqvatic | 100 477,63 | |
| POCI (Prog. Operacional Compet. e Intern.) | 31 135,88 | 43 686,09 |
| Processos Tribunal | 26 971,70 | 26 971,70 |
| Saldos devedores de fornecedores | 23 585,03 | 6 621,44 |
| IEFP | 23 211,41 | 16 638,90 |
| Saldos devedores de fornecedores de imobilizado | 5 349,52 | |
| Rappel Repsol | 4 065,67 | 1 643,24 |
| ARPT | 2 522,88 | 1 775,45 |
| Outros valores a receber - Diversos | 1 221,11 | 2 163,82 |
| Outros valores a receber - Pessoal | 97,66 | 123,14 |
| Turismo de Portugal | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1 569 906,21 | 1 481 356,56 |

Em 2021, a compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, atribuído pelo Município de S. Pedro do Sul, traduziu-se em 680.857,94€ (ver nota 12.2).

No início de 2020 foi celebrado um contrato com o “Fundo de Apoio à Inovação” para o financiamento de um projeto “Promoção da utilização da energia geotérmica”, através de um subsídio ao investimento não reembolsável, no valor de 1.100.067,75 Euros (no final de 2021 foi efetuado um pedido de alteração entre rúbricas, tendo o incentivo passado a ser de 1.099.895,23 Euros). A obra foi adjudicada no início de 2021 e encontra-se em execução. De referir que, no âmbito deste projeto a Entidade já recebeu o montante de 250.000 Euros a título de adiantamento e o montante de 179.485,45 Euros referente ao primeiro pedido de pagamento.

Em abril de 2021, foi celebrado um acordo com vista à “investigação e desenvolvimento tecnológico de projetos de I&D em copromoção” entre a Termalistur e o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, através de um consórcio com as entidades “Universidade da Beira Interior” e a entidade “Prados Embalados, Lda.” O Consórcio apresentou o projeto AqvATOPIC-Desenvolvimento da gama de produtos cosméticos com água mineral natural das termas de S. Pedro do Sul vocacionados para a dermatite atópica. Este projeto inclui um investimento global de 426.559,27 Euros, sendo atribuído um incentivo financeiro não reembolsável de 262.343,81€ Euros, correspondente a 61,5% sobre o montante das despesas consideradas elegíveis. A parte que concerne à Termalistur no referido consórcio, fixa-se num investimento elegível de 257.177,42 Euros, beneficiando de um incentivo de 138.659,56 Euros (no final de 2021 foi efetuado um pedido de alteração, tendo o incentivo passado a ser de 114.343,59

Euros). De referir que, no âmbito deste projeto a Entidade já recebeu o montante de 13.865,96 Euros a título de adiantamento.

O valor a receber 31.135,88 Euros do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, resulta da aprovação de uma candidatura aos projetos autónomos de formação no valor de 47.950 Euros, tendo já recebido 16.814,12 Euros.

A rubrica "Processos Tribunal" corresponde ao pagamento, no valor de 26.971,70 Euros, do imposto do selo relacionado com a constituição da garantia (penhor) a favor da Autoridade Tributária, no âmbito dos processos de impugnação do IVA.

14.1.1.3 Diferimentos

| Diferimentos | Periodos | | Variação | Var. % |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | | |
| Ativos: | | | | |
| Seguros pagos antecipadamente | 2 684,80 | 4 769,82 | -2 085,02 | -43,71% |
| Outros | 2 586,48 | 2 461,65 | 124,83 | 5,07% |
| Total | 5 271,28 | 7 231,47 | -1 960,19 | -27,11% |

Esta rubrica inclui a especialização de encargos com seguros, aluguer de impressora, licença anual do software Primavera e assistência.

14.1.2. Passivos financeiros mensurados ao valor nominal

| Rubricas | Periodos | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| | 2021 | | | 2020 | | |
| | Não corrente | Corrente | Total | Não corrente | Corrente | Total |
| Empréstimo CA tesouraria (5101022412) | 0,00 | 97 168,95 | 97 168,95 | 0,00 | 34 229,75 | 34 229,75 |
| Empréstimo CA (56064687325) | 1 536 895,28 | 94 019,73 | 1 630 915,01 | 1 609 436,48 | 0,00 | 1 609 436,48 |
| Empréstimo CGD | 5 519 638,45 | 691 475,63 | 6 211 114,08 | 6 349 136,95 | 0,00 | 6 349 136,95 |
| Locação financeira | 103 523,24 | 14 658,48 | 118 181,72 | 121 846,34 | 0,00 | 121 846,34 |
| Empréstimo CA (59075102047) | 1 000 000,00 | 0,00 | 1 000 000,00 | 1 000 000,00 | 0,00 | 1 000 000,00 |
| Empréstimo CA (56071536888) | 483 683,68 | 16 316,32 | 500 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimo CA (51010598778) | 0,00 | 100 000,00 | 100 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| total | 8 643 740,65 | 1 013 639,11 | 9 657 379,76 | 9 080 419,77 | 344 229,75 | 9 424 649,52 |
| Fornecedores | 0,00 | 58 463,54 | 58 463,54 | 0,00 | 1 320 268,26 | 1 320 268,26 |
| Outras contas a pagar | 0,00 | 351 722,07 | 351 722,07 | 0,00 | 456 097,23 | 456 097,23 |
| Diferimentos | 0,00 | 93 604,23 | 93 604,23 | 0,00 | 35 500,00 | 35 500,00 |
| Totais | 8 643 740,65 | 1 517 428,95 | 10 161 169,60 | 9 080 419,77 | 2 156 095,24 | 11 236 515,01 |

14.1.2.1. Empréstimos

O empréstimo em regime de conta corrente caucionada, no montante de 700.000€, foi renegociado a 21/05/2021, sob a forma de dois novos financiamentos:

- um em forma de conta corrente caucionada no valor de 200.000 Euros pelo prazo de 180 dias, a uma taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de spread de 3,5%, junto da Caixa de Crédito Agrícola

Mútuo Beira Douro e Lafões, estando a 31 de dezembro de 2020, utilizada no montante de 100.000€;

- outro em forma de empréstimo de médio e longo prazo no valor de 500.000 Euros pelo prazo de 180 meses (com carência de 12 meses), a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 3,5%, junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões.

Em 12/03/2018, foi negociado um novo empréstimo com o Crédito Agrícola, no valor de 1.750.000,00 Euros pelo período de 180 meses, com uma taxa de 3,5%, que permitiu liquidar a conta caucionada de 950.000,00 Euros e reforçar a tesouraria da Empresa. Conseguiu-se desta forma reduzir os financiamentos no passivo corrente.

Remete-se para a nota 6 do Anexo, a informação disponível sobre o empréstimo obtido junto da Caixa Geral de Depósitos.

O valor inscrito em locações financeiras não corrente refere-se ao contrato de leasing detalhado na nota 7 do Anexo.

No âmbito das medidas de resposta à pandemia de Covid-19, através do Decreto-lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, foram aprovadas medidas excecionais de proteção dos créditos. Estas medidas em particular incidem sobre o reforço da tesouraria e liquidez das empresas, prevendo uma moratória dos créditos em vigor, lançamento de linhas de crédito com garantia pública, por forma a garantir o financiamento dos agentes económicos e reduzir o incumprimento devido à situação extraordinária trazida pela pandemia.

Em abril de 2020, a Termalstur aderiu às moratórias públicas dos créditos de médio e longo prazo, conforme quadro resumo abaixo:

| Banco | Prazo | Data_inicio | Data_fim | valor | Aumento prazo reembolso | Novo terminus |
|------------------|---------|-------------|------------|-----------------|----------------------------|---------------|
| Credito Agricola | 15 anos | 21/03/2018 | 21/03/2033 | 1 750 000,00 € | moratória pública +6 meses | 21/09/2033 |
| CGD | 20 anos | 14/03/2008 | 14/03/2028 | 13 750 000,00 € | moratória pública +6 meses | 14/09/2028 |
| Santander | 15 anos | 01/11/2006 | 01/11/2021 | 426 000,00 € | moratória pública +6 meses | 01/05/2022 |

O Decreto-Lei n.º 78-A/2020 de 29 de setembro, altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID 19, que permite que as empresas pertencentes aos setores mais afetados pelo impacto económico da pandemia continuem a beneficiar das moratórias de capital e juros até setembro de 2021. Isto é, as empresas cujo CAE conste do anexo ao Decreto-Lei n.º 78-A/2020 (que é o caso), têm vantagens em relação às restantes:

-beneficiam, de forma automática, de uma extensão pelo prazo de 12 meses da maturidade dos seus empréstimos.

Assim, o novo terminus dos empréstimos será o seguinte:

| Banco | Prazo | Data_inicio | Data_fim | valor | Novo terminus |
|------------------|---------|-------------|------------|-----------------|---------------|
| Credito Agricola | 15 anos | 21/03/2018 | 21/03/2033 | 1 750 000,00 € | 21/09/2035 |
| CGD | 20 anos | 14/03/2008 | 14/03/2028 | 13 750 000,00 € | 14/09/2030 |
| Santander | 15 anos | 01/11/2006 | 01/11/2021 | 426 000,00 € | 01/04/2024 |

Em novembro de 2020, foi efetuada uma operação de financiamento, Crédito à Atividade-Fundo de Maneio no valor de 1.000.000 Euros, ao abrigo do protocolo Apoio Economia COVID 19-SMC, celebrado entre a Norgarante e a CCAM Beira Douro e Lafões CRL, pelo prazo de 72 meses (com carência de 18 meses), a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 1,5%. Esse empréstimo também beneficiou das moratórias-carência de capital de + 9 meses, previsto no Decreto-Lei n.º 22-C/2021 de 22 de março.

14.1.2.2. Fornecedores

| Designação | 2021 | 2020 |
|------------------------------|------------------|---------------------|
| Câmara Municipal de S. P. S. | 25 793,51 | 1 293 248,37 |
| EDP | 14 503,95 | |
| Nuno Capela Marques, Lda | 11 070,00 | |
| Outros de pequeno montante | 7 096,08 | 3 798,74 |
| ATP | | 5 554,88 |
| Artecer | | 1 615,70 |
| Naturgy | | 16 050,57 |
| | 58 463,54 | 1 320 268,26 |

Verifica-se uma diminuição das dívidas a pagar a fornecedores em, cerca de, 1.260.000 Euros, originada, nomeadamente pela diminuição da dívida a pagar ao Município de S. Pedro do Sul (cerca de 1.268.000 Euros). Essa diminuição resultou do encontro de contas efetuado entre o valor a receber referente ao equilíbrio financeiro dos resultados de 2020 e a dívida que a Termalistur tinha para com o Município.

Em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente 44% do saldo de fornecedores é referente ao único acionista da Empresa, o Município de São Pedro do Sul (MSPS). Este montante é relativo à exploração do balneário RDA, a qual foi protocolada em 12 de fevereiro de 2004, por um prazo de trinta anos e entrou em vigor em 15 de março de 2004, segundo a "Cláusula nº 11" do referido

protocolo. O MSPS transfere para a Termalístur, a gestão do referido balneário, bem como todos os bens e equipamentos nele existentes (ver nota 12.2).

A gestão compreende toda a gestão económica e financeira no que concerne ao pessoal, prestação e venda de serviços e bens, que são prestados fundamentalmente na aplicação de tratamentos que impliquem a utilização de água mineral natural e meios complementares para fins terapêuticos e outros serviços colaterais.

Em março de 2018 e após pedido ao Município de redução da renda baseada na aplicação do VPT, articulando o n.º 2 do Art.º 54º do Novo Regime do Arrendamento Urbano, referente a arrendamentos para fins não habitacionais e respetiva remissão para as alíneas a) e b) do n.º 2 do Art.º 34º do mesmo diploma, obteve-se um parecer favorável do mesmo, tendo a renda reduzido dos 65.940,57 Euros para 8.100,00 Euros (em 2021 foi de 8.203,07 Euros).

14.1.2.3. Outras dívidas a pagar corrente

| | 2021 | 2020 |
|--|-------------------|-------------------|
| FAI-Fundo de Apoio à Inovação | | 250 000,00 |
| Remunerações a liquidar (ferias e sub.) | 178 446,62 | 172 910,41 |
| Imi a liquidar | 16 275,45 | 16 275,45 |
| Eletricidade | 12 029,16 | 7 893,15 |
| Juros a liquidar | 4 686,11 | 5 118,40 |
| Outros credores por acréscimos de gastos | 7 839,45 | 3 712,59 |
| Saldos credores (clientes) | 0,06 | 81,06 |
| Fornecedores de Investimento | 129 563,19 | |
| Pessoal | 101,82 | 106,17 |
| Outros credores | 2 780,21 | |
| Total | 351 722,07 | 456 097,23 |

Esta rubrica inclui, nomeadamente:

- Estimativa para férias e subsídio de férias no montante de 178.446,62 Euros, tendo esta aumentado face ao ano anterior devido ao aumento do Salário Mínimo Nacional;
- Dívidas a fornecedores de investimentos no valor de 129.563,19€, sendo 122.848 Euros ao fornecedor Francisco de Almeida Pinheiro Soc. Unipessoal, Lda;
- Especialização do Imposto Municipal sobre Imóveis no montante de 16.275,45 Euros;
- Especialização de juros suportados no montante de 4.686,11 Euros, referentes aos financiamentos.

14.1.2.4. Outras dívidas a pagar não corrente

Os valores inscritos nesta rubrica referem-se aos passivos referentes aos valores dos subsídios aos investimentos (ver nota 14.9).

14.1.2.5. Diferimentos

| Diferimentos | Períodos | | Variação | Var. % |
|---------------------------------------|------------------|------------------|------------------|---------|
| | 2021 | 2020 | | |
| Passivos: | | | | |
| Estágios a reconhecer (IEFP) | 16 634,66 | | 16 634,66 | |
| Projectos de formação autónoma (POCI) | 25 100,00 | 35 500,00 | -10 400,00 | -29,30% |
| FAI | 1 390,47 | - | 1 390,47 | |
| POCI-AqvATOPIC | 50 479,10 | - | 50 479,10 | |
| Total | 93 604,23 | 35 500,00 | 58 104,23 | |

A rubrica estágios a reconhecer (IEFP) inclui os rendimentos a reconhecer relativos aos subsídios do IEFP.

A rubrica projetos autónomos de formação refere-se a um subsídio para formação, no âmbito do POCI-Programa Operacional Competitividade e Internacionalização. A 31 de dezembro de 2021 já tinha sido reconhecido 22.850 Euros, estando os restantes 25.100 Euros diferidos.

A rubrica POCI-AqvATOPIC inclui os rendimentos a reconhecer, relativos ao subsídio atribuído ao projecto "AqvATOPIC-Desenvolvimento da gama de produtos cosméticos com água mineral natural das termas de S. Pedro do Sul vocacionados para a dermatite atópica", associados a gastos de pesquisa, publicidade e gestão do projeto. A 31 de dezembro de 2021 já tinha sido reconhecido 35.123,47 Euros, estando os restantes 50.479,10 Euros diferidos.

14.2. Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros

A Empresa não apresenta rendimentos de juros para os ativos financeiros.

O total de gastos de juros para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

- a) Gastos de juros para passivos financeiros:

| Passivos Financeiros | Períodos | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Juros suportados | 135 392,44 | 138 786,06 |
| Outros gastos de financiamento | 18 575,68 | 9 394,55 |
| | <u>153 968,12</u> | <u>148 180,61</u> |

14.3. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 Euros, estando totalmente realizado, sendo detido a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

O montante de capital inclui uma entrada em espécie de 1.239.043 Euros, referente ao imóvel designado "Silo Auto".

14.4. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 Euro por ação, integralmente realizadas.

14.5. Variação do número de ações em circulação durante o período

Não houve variação do número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2021.

14.6. Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

14.7. Outras Reservas

O valor constante desta rubrica, compreende os resultados de anos anteriores, que por decisão do Concelho de Administração e das várias Assembleias Gerais, deliberaram constituir reservas livres, com os resultados obtidos nos diversos períodos.

14.8. Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados líquidos dos anos anteriores.

14.9. Outras variações do capital próprio

Os movimentos ocorridos no ano apresentam-se no seguinte quadro:

| Descrição | 2021 | | | |
|--|-------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Saldo inicial | Aumento | Imputação | Saldo final |
| Subsídios ao investimento | 131 597,88 | 1 122 707,89 | 13 687,92 | 1 240 617,85 |
| Subsídio Adlap | 2 131,47 | | 60,90 | 2 070,57 |
| Subsídio Nestpolis | 23 957,54 | | 7 739,82 | 16 217,72 |
| Subsídio Termalismo + inclusivo | 105 508,87 | | 5 887,20 | 99 621,67 |
| Subsídio FAI | | 1 093 966,87 | | 1 093 966,87 |
| Subsídio AqvATOPIC | | 28 741,02 | | 28 741,02 |
| Ajustamentos Impostos diferidos | 29 609,77 | 252 609,28 | 3 079,85 | 279 139,19 |
| Subsídio Adlap | 479,82 | | 13,70 | 466,12 |
| Subsídio Nestpolis | 5 391,00 | | 1 741,46 | 3 649,54 |
| Subsídio Termalismo + inclusivo | 23 738,95 | | 1 324,69 | 22 414,26 |
| Subsídio FAI | | 246 142,55 | | 246 142,55 |
| Subsídio AqvATOPIC | | 6 466,73 | | 6 466,73 |
| Subsídios após efeito de impostos diferidos | 101 988,11 | 870 098,61 | 10 608,07 | 961 478,66 |

| Descrição | 2020 | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|
| | Saldo inicial | Imputação | Saldo final |
| Subsídios ao investimento | 145 611,31 | 14 013,43 | 131 597,88 |
| Subsídio Adlap | 2 192,37 | 60,90 | 2 131,47 |
| Subsídio Nestpolis | 32 022,86 | 8 065,32 | 23 957,54 |
| Subsídio Termalismo + inclusivo | 111 396,08 | 5 887,21 | 105 508,87 |
| Ajustamentos Impostos diferidos | 32 762,79 | 3 153,02 | 29 609,77 |
| Subsídio Adlap | 493,52 | 13,70 | 479,82 |
| Subsídio Nestpolis | 7 205,70 | 1 814,70 | 5 391,00 |
| Subsídio Termalismo + inclusivo | 25 063,57 | 1 324,62 | 23 738,95 |
| Subsídios após efeito de impostos diferidos | 112 848,52 | 10 860,41 | 101 988,11 |

15. Benefícios dos empregados

| Descrição | 2021 | |
|---|-------------------------|-----------------------------|
| | Número médio de pessoas | Número de horas trabalhadas |
| PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS | | |
| Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas: | 136 | 223 737 |
| Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa | 136 | 223 737 |
| Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa | 0 | |
| Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário: | | |
| Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO | 135 | 222 625 |
| Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo | 135 | 222 625 |
| Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL | 1 | 1 112 |
| Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial | 1 | 1 112 |
| Pessoas ao serviço da empresa, por sexo: | | |
| Homens | 47 | 65 875 |
| Mulheres | 89 | 157 862 |

Os gastos com o pessoal estão detalhados no quadro a seguir:

| Descrição | Períodos | | Variação | |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | Absoluta | % face a 2020 |
| Gastos com o pessoal | | | | |
| Remunerações dos órgãos sociais | 43 983,22 | 44 008,22 | (25) | (0,1%) |
| Remunerações do pessoal | 1 534 830,84 | 1 180 975,00 | 353 856 | 30,0% |
| Encargos sobre remunerações | 327 337,88 | 266 124,90 | 61 213 | 23,0% |
| Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais | 16 077,30 | 11 564,15 | 4 513 | 39,0% |
| Outros gastos com pessoal | 46 815,66 | 48 046,79 | (1 231) | (2,6%) |
| Dos quais: | | | | |
| Higiene, segurança trabalho | 6 757,60 | 2 397,84 | 4 360 | 181,8% |
| Gastos com SNS | 28 207,68 | 30 364,32 | (2 157) | (7,1%) |
| Gastos com fardamento | 970,38 | 2 208,72 | (1 238) | (56,1%) |
| Gastos com formação | 10 880,00 | 12 450,00 | (1 570) | (12,6%) |
| Outros gastos com pessoal | 0,00 | 625,91 | (626) | (100,0%) |
| | 1 969 044,90 | 1 550 719,06 | 418 325,84 | 27,0% |

Conforme se pode verificar, ocorreu um aumento nos valores de gastos com o pessoal, em face do aumento do volume de negócios. A Entidade teve necessidade de contratar mais funcionários para os meses de Verão e que, em regra geral, são os de maior atividade. Relativamente ao número de colaboradores, em termos médios foi de 136 no ano 2021, e de 116 no ano 2020.

Apesar desta rubrica ter mantido um peso estrutural significativo em 2021, de referir que a Entidade esteve em lay-off de janeiro a abril de 2021, tendo obtido, aproximadamente, 108.728,50 Euros de apoios da Segurança Social (reconhecidos na rubrica "Subsídios à exploração", no âmbito dos apoios solicitados para combater os efeitos negativos da pandemia do COVID 19) (ver nota 11).

Na rubrica "Outros gastos com pessoal" está contabilizada a despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 28.207,68 Euros (2020: 30.364,32 Euros).

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Empresa não dispõe de sucursais.

- Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativamente à Certificação Legal de Contas de 2021 é de 4.440 Euros. A 31 de dezembro de 2021 não existiam dívidas.

Para além do referido nas notas 3.4 e 12.2 acima, os membros do Órgão de Gestão entendem que a continuidade da Empresa não está em causa, pois, já foram tomadas as medidas que estão dentro do nosso alcance, sendo que iremos continuar a acompanhar as orientações da Autoridade Nacional de Saúde com vista a ajustar o nosso Plano de Contingência e ainda às medidas de apoio que irão ser disponibilizadas pelo Governo, de forma a minimizar os impactos económicos que possam advir desta pandemia.

17. Outras informações

17.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” é o seguinte:

| | Periodos | |
|--|-------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Ativo | | |
| Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC) | 3 576,74 | 5 708,67 |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | | 3 792,09 |
| | 3 576,74 | 9 500,76 |
| Passivo | | |
| Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC) | 229,55 | |
| Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) | 43 185,23 | 2 458,20 |
| Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS) | 9 150,88 | 4 890,10 |
| Segurança Social | 30 954,16 | 21 319,14 |
| Outros impostos | 29 752,98 | 1 537,05 |
| | 113 272,80 | 30 204,49 |

A Empresa em termos de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) encontra-se submetida ao regime de “pro rata”. No decorrer de 2021, a Empresa utilizou o “pro rata provisório” de 17%, isto é, na aquisição de bens e serviços a Empresa suportou 83% do IVA.

No final do ano foi apurado o “pro rata definitivo” de 13%, tendo-se procedido à regularização a favor do estado, no montante de 9.043,24 Euros.

As dívidas apresentadas no passivo decorrem da normal atividade da empresa e foram liquidadas dentro dos prazos legais estabelecidos no ano 2021, à exceção da despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 28.207,68 Euros, que se encontra em dívida o valor referente ao ano de 2021. A segurança social de dezembro foi paga no dia 18/02/2022.

17.2. Fornecimentos e serviços externos

| | 2021 | 2020 | Varição | Varição % |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Serviços especializados | 271 582,27 | 184 360,34 | 87 221,93 | 47,3% |
| Electricidade | 195 876,79 | 119 516,48 | 76 360,31 | 63,9% |
| Rendas e alugueres | 152 410,16 | 111 359,04 | 41 051,12 | 36,9% |
| Publicidade e propaganda | 90 780,15 | 58 934,29 | 31 845,86 | 54,0% |
| Combustíveis | 33 995,52 | 14 216,12 | 19 779,40 | 139,1% |
| Outros serviços (Inclui animação termal) | 31 279,59 | 17 247,45 | 14 032,14 | 81,4% |
| Honorários | 27 621,50 | 34 618,94 | -6 997,44 | (20,2%) |
| Seguros | 26 522,41 | 25 172,74 | 1 349,67 | 5,4% |
| Despesas de representação | 25 590,05 | 8 104,31 | 17 485,74 | 215,8% |
| Material de conservação e reparação | 25 539,29 | 28 517,86 | -2 978,57 | (10,4%) |
| Conservação e reparação | 24 608,68 | 13 896,11 | 10 712,57 | 77,1% |
| Outros serviços | 22 325,91 | 12 683,37 | 9 642,54 | 76,0% |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 17 967,06 | 24 147,56 | -6 180,50 | (25,6%) |
| Limpeza, higiene e conforto | 9 822,74 | 28 843,07 | -19 020,33 | (65,9%) |
| Serviços bancários | 8 221,25 | 5 178,60 | 3 042,65 | 58,8% |
| Comunicação | 5 822,83 | 6 021,91 | -199,08 | (3,3%) |
| Artigos de ofertas | 4 288,24 | 2 572,13 | 1 716,11 | 66,7% |
| Material de escritório | 4 232,68 | 3 101,66 | 1 131,02 | 36,5% |
| Outros Materiais | 3 648,58 | 2 977,49 | 671,09 | 22,5% |
| Material para bem-estar | 3 465,29 | 662,20 | 2 803,09 | 423,3% |
| Vigilância e segurança | 1 975,71 | 0,00 | 1 975,71 | 100,0% |
| Deslocações e estadas | 1 725,05 | 928,47 | 796,58 | 85,8% |
| Material para tratamentos | 783,85 | 26 721,38 | -25 937,53 | (97,1%) |
| Contencioso e notariado | 571,74 | 453,16 | 118,58 | 26,2% |
| Livros e documentação técnica | 430,77 | 0,00 | 430,77 | 100,0% |
| Água | 220,16 | 375,81 | -155,65 | (41,4%) |
| Transportes de mercadorias | 87,97 | 73,44 | 14,53 | 19,8% |
| Outros Combustíveis | 15,72 | 16,62 | -0,90 | (5,4%) |
| | 991 411,96 | 730 700,55 | 260 711,41 | 35,68% |

De um modo geral, o valor desta rubrica aumentou, cerca de 260.700 Euros, aproximadamente 36% em relação a 2020, fruto da retoma progressiva da atividade da Entidade.

A redução dos gastos com material de tratamentos (-25.937,53 Euros) e material de limpeza (-19.020,33 Euros) deve-se, ao facto de estarem a ser registados na rubrica custo da mercadorias vendidas e matérias consumidas.

Os "Serviços especializados" incluem 214.725 Euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2020: 111.146 Euros).

Tendo em conta a conjuntura, não foi possível realizar o Festival da Água em 2021, nem a habitual animação termal, tendo os custos em 2021 sido de 29.622,21 Euros (2020: 9.291,66 Euros).

17.3. Outros rendimentos

| RUBRICAS | Períodos | |
|---|-------------------|---------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Rendimentos suplementares | 64 333,23 | 70 286,77 |
| Dos quais: | | |
| Geotermia-Com Iva ded. | 5 760,00 | 9 680,00 |
| Electricidade-Com Iva ded. | 14 943,11 | 13 583,92 |
| Cedência Espaço "Vodafone" | 5 096,88 | 5 096,88 |
| Cedência Exploração "Quiosque Termas" | 0,00 | 1 698,72 |
| Aluguer Salas | 2 926,80 | 8 616,40 |
| Gerós | 24 025,24 | 19 938,85 |
| Cedência de Exploração Bar Gerós | 828,00 | 768,00 |
| Cedência Exploração "CAFÉ BAR BDAH" | 7 745,20 | 9 112,00 |
| Outros | 3 008,00 | 1 792,00 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 0,05 | 0,00 |
| Ganhos em inventários (indenizações recebidas) | 0,00 | 20 102,18 |
| Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros | 9 602,18 | 20 102,18 |
| Dos quais: | | |
| Sinistros | 0,00 | 10 500,00 |
| Fracção D | 5 012,90 | 5 012,90 |
| Fracção C-Loja Cidadão | 4 589,28 | 4 589,28 |
| Correções relativas a exercícios anteriores | 229,84 | 0,00 |
| Subsídios ao investimento | 13 687,92 | 14 013,43 |
| Compensação financeira p/ equilíbrio financeiro | 680 857,94 | 1 381 732,78 |
| Outros | 0,73 | 9 592,47 |
| Total | 768 711,89 | 1 495 727,63 |

Conforme se pode verificar, existem frações associadas ao Balneário D. Afonso Henriques que se encontram arrendadas, gerando um rendimento que, à data de 31 de dezembro de 2021, soma o montante de 9.602,18 Euros (2020: 9.602,18 Euros) (Fracção D e fracção C). A fracção "B" ("Café bar BDAH) encontra-se em cedência de exploração, tendo gerado um rendimento de 7.745,20 Euros (2020: 9.112,00 Euros).

As parcelas associadas a estes arrendamentos são irrelevantes, face à dimensão total do imóvel, e não existe a possibilidade das parcelas serem vendidas de forma separada, pelo que, atendendo ao parágrafo 10 da NCRF nº11 não se encontram classificadas na rubrica "Propriedades de Investimento".

Nos termos do nº1, do art.40º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados, acrescentando o nº2, do mesmo normativo legal que "sem prejuízo do disposto no nº5, no caso de resultado líquido antes de imposto se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a

cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa”.

Relativamente ao ano de 2021, a compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, tem o valor de 680.857,94 Euros (ver nota 12.2).

17.4. Outros gastos

| RUBRICAS | Períodos | |
|--|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Impostos | 31 145,70 | 37 679,41 |
| IMI - Imposto Municipal sobre imóveis | 16 275,45 | 16 336,55 |
| Imposto selo | 10 776,90 | 17 643,82 |
| Taxas | 4 093,35 | 3 699,04 |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | 0,01 | 0,05 |
| Perdas em inventários | 252,60 | 301,22 |
| Correções relativas a períodos anteriores | 3 740,53 | 15 099,87 |
| Donativos | 0,00 | 0,00 |
| Quotizações | 6 602,44 | 11 804,88 |
| Ofertas e amostras de inventários | 3 372,78 | 3 806,65 |
| Insuficiência estimativa para impostos | 1 701,32 | 0,00 |
| Outros | 9 439,53 | 424,03 |
| | 56 254,91 | 69 116,11 |

17.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucede que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas

pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto "IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais". Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalístur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalitur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

"julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, conseqüentemente,

a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;

b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de má-fé.

ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC [cfr. Artº 9527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP];

iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.

No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo, que considera a possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.

Termas, 30 de março de 2021

O Conselho de Administração:

A Contabilista Certificada



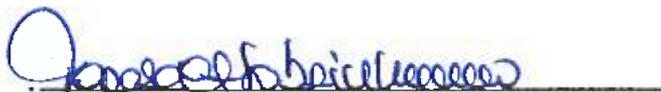
(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr.ª Carla Sofia dos Santos Campos – CC n.º 85031)



(Dr. Fernando Varando Aído - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)